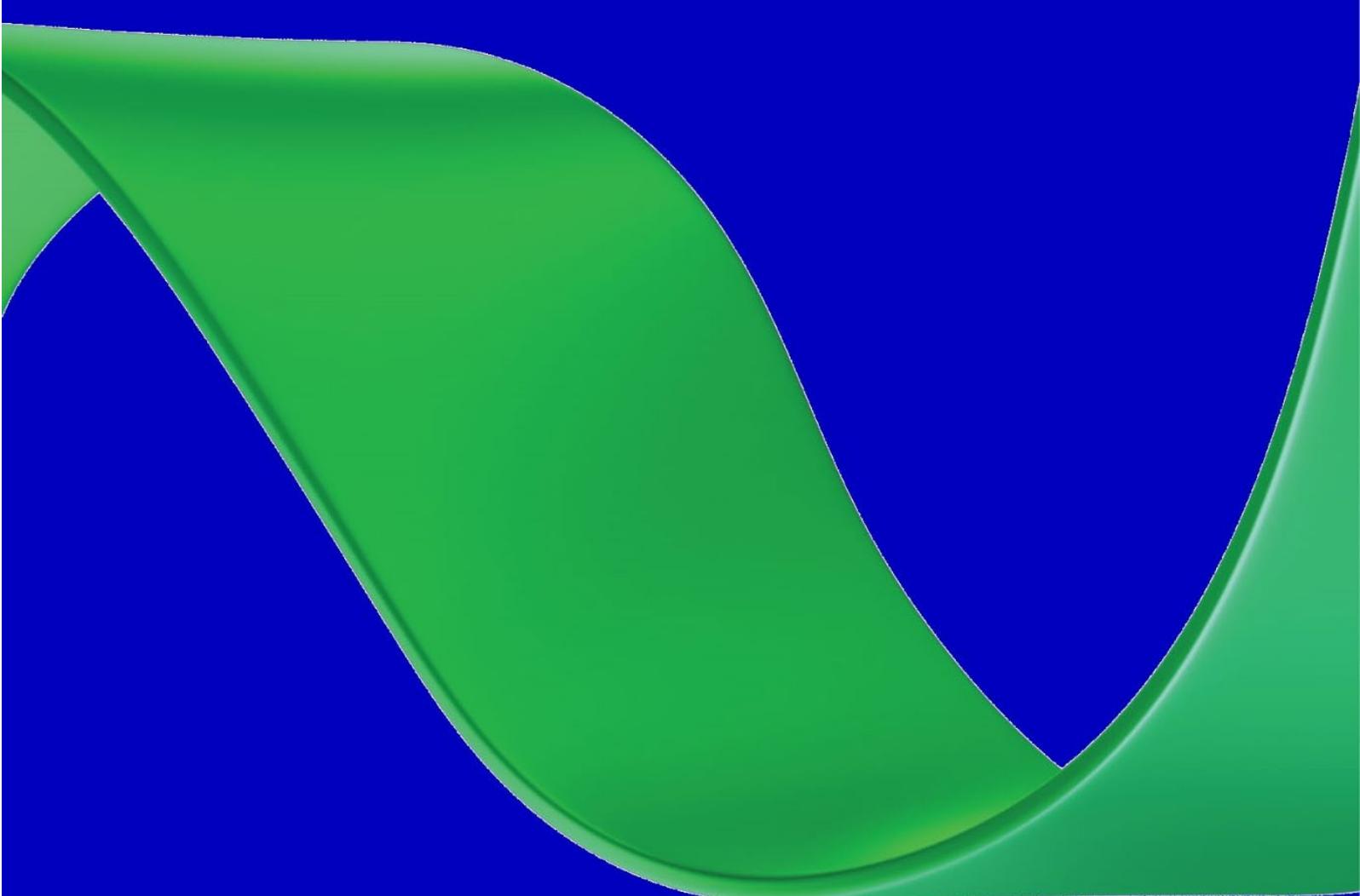


Votorantim Cimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

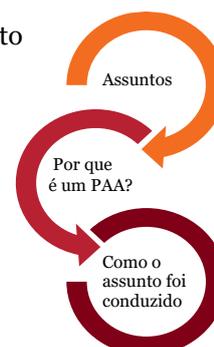
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos S.A. e da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões e passivos contingentes (Nota 22)

A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2023, provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas.

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvermos nossos especialistas nas áreas tributária e legal para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando sua evolução e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Efetuamos também a leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com os dados e informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Votorantim Cimentos S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Votorantim Cimentos S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Balanco patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
1 Informações gerais	7
2 Aprovação das demonstrações financeiras	7
3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023.....	7
4 Informações financeiras por segmento operacional e divulgação de grupo	8
5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11
6 Gestão de riscos.....	23
7 Instrumentos financeiros por categoria.....	34
8 Caixa e equivalentes de caixa	39
9 Aplicações financeiras	40
10 Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis	40
11 Estoques.....	43
12 Tributos a recuperar	46
13 Partes relacionadas	47
14 Depósitos judiciais	51
15 Investimentos	52
16 Imobilizado	60
17 Intangível	66
18 Direito de uso em arrendamento	71
19 Empréstimos e financiamentos.....	75
20 Risco sacado a pagar	83
21 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos	84
22 Provisões e depósitos judiciais.....	87
23 Uso de bem público	98
24 Plano de pensão.....	99
25 Patrimônio líquido	105
26 Receita líquida de contratos com clientes	108
27 Abertura de despesas por natureza	109
28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	110
29 Resultado financeiro, líquido	110
30 Compromissos de longo prazo	112
31 Eventos subsequentes	112

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	1.144.468	1.105.029	4.856.956	3.943.513	Empréstimos e financiamentos	19(b)	75.896	82.680	271.983	262.348
Aplicações financeiras	9(b)	864.266	776.858	1.056.569	978.316	Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	189.824	215.707	238.826	271.647
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	670		1.027	48	Arrendamentos	18(c)	25.641	22.732	144.013	165.883
Contas a receber de clientes	10(b)	711.286	661.250	1.641.634	1.521.320	Risco sacado a pagar	20	205.190	251.701	1.559.780	1.880.761
Estoques	11(b)	1.015.058	1.057.242	3.499.964	3.358.792	Fornecedores e outras contas a pagar		1.517.703	1.936.463	3.899.031	4.275.707
Tributos a recuperar	12(b)	52.042	53.001	126.731	297.755	Salários e encargos sociais		296.829	264.862	721.934	598.861
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		39.566	92.305	117.695	169.969	Imposto de renda e contribuição social a recolher				34.290	32.842
Dividendos a receber	13(b)		33.145	1.230		Tributos a recolher		181.939	130.689	387.201	320.546
Securitização de recebíveis	10(e)			250.372		Adiantamento de clientes		32.399	25.463	97.632	58.292
Outros ativos		77.331	69.395	273.147	266.315	Dividendos a pagar	13(b)	557.360	218.911	559.040	221.185
		3.904.687	3.848.225	11.825.325	10.536.028	Uso de bem público	23(b)			53.947	54.932
						Securitização de recebíveis	10(e)			95.338	
						Outros passivos		59.220	269.558	236.318	507.492
Ativos classificados como mantidos para venda		1.716	2.116	10.206	2.116	Total do passivo circulante		3.142.001	3.418.766	8.299.333	8.650.496
Total do ativo circulante		3.906.403	3.850.341	11.835.531	10.538.144	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	19(b)	5.754.412	4.704.750	11.875.376	10.911.239
Realizável a longo prazo						Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	427.418	466.285	547.342	603.182
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	439.356	543.924	612.194	708.600	Arrendamentos	18(c)	70.362	29.986	867.911	1.034.801
Tributos a recuperar	12(b)	76.480	81.008	177.217	197.816	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)	320.190	97.073	1.281.206	968.280
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21(h)	466.995	410.552	510.249	410.878	Partes relacionadas	13(b)	55.870	58.016	48.548	56.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)			802.040	435.884	Provisões e depósitos judiciais	22(b)	755.185	801.317	1.246.835	1.397.535
Partes relacionadas	13(b)	52.030	45.873	51.904	45.699	Uso de bem público	23(b)			589.400	656.858
Depósitos judiciais	14(b)	127.081	110.989	241.671	215.833	Plano de pensão	24(b)			265.711	275.011
Securitização de recebíveis	10(e)			217.740		Securitização de recebíveis	10(e)				114.417
Benefícios de plano de pensão	24(b)			82.762	126.335	Outros passivos		363.978	224.138	553.754	458.910
Outros ativos		35.687	46.096	169.769	240.161	Total do passivo não circulante		7.747.415	6.381.565	17.276.083	16.477.138
		1.197.629	1.238.442	2.647.806	2.598.946	Total do passivo		10.889.416	9.800.331	25.575.416	25.127.634
Investimentos	15(c)	15.161.591	14.406.875	1.041.154	1.369.685	Patrimônio líquido	25				
Propriedades para investimento				69.890	74.867	Capital social		7.708.353	7.708.353	7.708.353	7.708.353
Imobilizado	16(b)	5.346.099	4.853.603	18.481.961	18.122.764	Reservas de lucros		5.100.536	3.947.562	5.100.536	3.947.562
Intangível	17(b)	821.675	781.376	8.069.767	8.702.080	Ajustes de avaliação patrimonial		2.832.278	3.727.342	2.832.278	3.727.342
Direito de uso em arrendamento	18(b)	97.186	52.951	973.378	1.126.723	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		15.641.167	15.383.257	15.641.167	15.383.257
Total do ativo não circulante		22.624.180	21.333.247	31.283.956	31.995.065	Participação dos acionistas não controladores				1.902.904	2.022.318
						Total do patrimônio líquido		15.641.167	15.383.257	17.544.071	17.405.575
Total do ativo		26.530.583	25.183.588	43.119.487	42.533.209	Total do passivo e patrimônio líquido		26.530.583	25.183.588	43.119.487	42.533.209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de contratos com clientes	26(b)	9.450.233	9.516.894	26.682.125	25.797.366
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(7.245.741)	(7.384.906)	(20.799.481)	(20.982.540)
Lucro bruto		2.204.492	2.131.988	5.882.644	4.814.826
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	(525.582)	(436.779)	(947.856)	(826.495)
Gerais e administrativas	27	(563.006)	(557.661)	(1.353.368)	(1.246.411)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	63.257	48.159	359.790	180.841
		(1.025.331)	(946.281)	(1.941.434)	(1.892.065)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.179.161	1.185.707	3.941.210	2.922.761
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	15(e)	2.049.503	632.266	55.078	52.100
Resultado financeiro, líquido	29(b)				
Receitas financeiras		511.619	649.628	943.306	938.458
Despesas financeiras		(1.168.972)	(1.228.313)	(2.039.149)	(2.346.821)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas		143.428	110.633	97.755	112.938
		(513.925)	(468.052)	(998.088)	(1.295.425)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.714.739	1.349.921	2.998.200	1.679.436
Imposto de renda e contribuição social	21(b)	(281.039)	(350.634)	(380.320)	(533.982)
Lucro líquido do exercício		2.433.700	999.287	2.617.880	1.145.454
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				2.433.700	999.287
Participação de não controladores				184.180	146.167
Lucro líquido do exercício				2.617.880	1.145.454
Quantidade média ponderada de ações, em milhares				9.525.614	9.525.614
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais				255,49	104,91

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		2.433.700	999.287	2.617.880	1.145.454
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	25(e)	(950.773)	(698.668)	(1.077.871)	(885.070)
Hedge de investimentos líquidos	25(e)	57.282	(135.073)	69.015	(162.739)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	25(e)	13.500	22.005	12.947	(60.125)
		<u>(879.991)</u>	<u>(811.736)</u>	<u>(995.909)</u>	<u>(1.107.934)</u>
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado					
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25(e)	(842)	(3.137)	(1.044)	(3.779)
Remensuração com benefícios de aposentadoria em investidas	25(e)	(17.772)	26.984	(22.168)	32.475
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(e)	3.541	(8.533)	3.541	(8.533)
		<u>(15.073)</u>	<u>15.314</u>	<u>(19.671)</u>	<u>20.163</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		<u>(895.064)</u>	<u>(796.422)</u>	<u>(1.015.580)</u>	<u>(1.087.771)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>1.538.636</u>	<u>202.865</u>	<u>1.602.300</u>	<u>57.683</u>
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				1.538.636	202.865
Participação de não controladores				63.664	(145.182)
				<u>1.602.300</u>	<u>57.683</u>

Os componentes na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos tributários de cada componente estão apresentados na Nota 25(e).

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
			Legal	De incentivos fiscais	Retenção						
Atribuível aos acionistas controladores											
Em 1º de janeiro de 2022, antes do efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas		7.708.353	639.991	1.484.375	1.264.807	4.490.978		15.588.504	2.307.743	17.896.247	
Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas							88.395	88.395	1.994	90.389	
Ajuste de variação cambial de economias hiperinflacionárias	25(e)				(32.786)	32.786					
Em 1º de janeiro de 2022, após o efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas		7.708.353	639.991	1.484.375	1.232.021	4.523.764	88.395	15.676.899	2.309.737	17.986.636	
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido do exercício							999.287	999.287	146.167	1.145.454	
Outros componentes do resultado abrangente	25(e)					(796.422)		(796.422)	(291.349)	(1.087.771)	
						(796.422)	999.287	202.865	(145.182)	57.683	
Contribuições e distribuições para acionistas											
Aumento de participação de acionistas não controladores							(48.723)	(48.723)	48.723		
Redução de capital social de acionistas não controladores									(116.787)	(116.787)	
Destinação do lucro líquido do exercício											
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)		49.964				(49.964)				
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)			73.680			(73.680)				
Dividendos deliberados					(231.785)		(218.911)	(450.696)	(74.173)	(524.869)	
Reversão de dividendos deliberados em anos anteriores					2.912			2.912		2.912	
Retenção de lucros	25(a)(iv)				696.404		(696.404)				
			49.964	73.680	467.531		(1.087.682)	(496.507)	(142.237)	(638.744)	
Em 31 de dezembro de 2022		7.708.353	689.955	1.558.055	1.699.552	3.727.342		15.383.257	2.022.318	17.405.575	
Em 1º de janeiro de 2023, antes do efeito do ajuste contábil da adoção do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro											
Efeito do ajuste contábil da adoção do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro	5.2.1(a)						(3.019)	(3.019)		(3.019)	
Em 1º de janeiro de 2023, após o efeito do ajuste contábil da adoção do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro		7.708.353	689.955	1.558.055	1.699.552	3.727.342	(3.019)	15.380.238	2.022.318	17.402.556	
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido do exercício							2.433.700	2.433.700	184.180	2.617.880	
Outros componentes do resultado abrangente	25(e)					(895.064)		(895.064)	(120.516)	(1.015.580)	
						(895.064)	2.433.700	1.538.636	63.664	1.602.300	
Contribuições e distribuições para acionistas											
Redução de capital social de acionistas não controladores	25(d)								(96.572)	(96.572)	
Destinação do lucro líquido do exercício											
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)		121.685				(121.685)				
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)			82.574			(82.574)				
Dividendos deliberados	25(c)				(720.347)		(557.360)	(1.277.707)	(86.506)	(1.364.213)	
Retenção de lucros	25(a)(iv)				1.669.062		(1.669.062)				
			121.685	82.574	948.715		(2.430.681)	(1.277.707)	(183.078)	(1.460.785)	
Em 31 de dezembro de 2023		7.708.353	811.640	1.640.629	2.648.267	2.832.278		15.641.167	1.902.904	17.544.071	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.714.739	1.349.921	2.998.200	1.679.436
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação, amortização e exaustão	27	445.227	410.107	1.868.614	1.846.855
	6.4.3(a)				
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	e 29(b)	299.848	444.907	310.719	539.165
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(90.591)	(78.676)	(92.404)	(80.248)
Equivalência patrimonial	15(e)	(2.049.503)	(632.266)	(55.078)	(52.100)
Atualização monetária utilização do bem público	29(b)			(22.216)	42.287
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	11(c)	14.715	302	40.341	(11.087)
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	16.669	12.192	25.784	21.314
Ganho na venda de imobilizado e intangível, líquido	28	(12.649)	(1.776)	(16.105)	(42.485)
Provisão de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais	22(b)	21.298	80.237	32.495	100.969
Contratos futuros de energia - valor justo	28		(55.918)	(42.162)	57.587
Provisão de impairment de ativos	28		4.316	(53.016)	4.316
Ganho na aquisição de investimentos					(6.715)
Outros componentes do resultado financeiro		319.229	290.635	961.213	1.070.168
Demais itens que não afetam caixa		(21.900)	(25.042)	40.910	(5.417)
		1.657.082	1.798.939	5.997.295	5.164.045
(Acréscimo) decréscimo em ativos					
Contas a receber de clientes		(53.955)	(130.664)	(203.286)	(153.945)
Estoques		27.469	(273.471)	(172.421)	(398.439)
Tributos a recuperar		5.487	175.381	188.673	358.919
Partes relacionadas		13.700	9.166	4.601	26.242
Depósitos judiciais		(17.232)	(92.051)	(27.324)	(117.029)
Securitização de recebíveis				(96.842)	(71.894)
Demais créditos e outros ativos		2.473	(1.548)	96.691	(213.639)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Risco sacado a pagar		(46.511)	13.656	(229.686)	428.022
Fornecedores e outras contas a pagar		(418.760)	227.258	(249.578)	429.469
Salários e encargos sociais		31.967	25.682	143.420	(12.856)
Tributos a recolher		13.344	227	(93.945)	(224.791)
Adiantamento de clientes		6.936	9.164	39.685	19.609
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(38.443)	(35.389)	(99.427)	(82.573)
Demais obrigações e outros passivos		(70.498)	60.920	(142.852)	(298.423)
Caixa proveniente das operações		1.113.059	1.787.270	5.155.004	4.852.717
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19(d)	(441.484)	(286.619)	(821.285)	(713.718)
Juros pagos de uso de bem público				(54.517)	(51.542)
Juros recebidos		22	767	443	2.337
Custo de recompra dos bonds	29(b)				(171.812)
Imposto de renda e contribuição social (pagos) reembolsados		(50.784)		(323.135)	107.264
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		620.813	1.501.418	3.956.510	4.025.246
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(11.955)	(4.409)	(248.987)	(120.850)
Resgates de aplicações financeiras		15.116	103.751	258.465	164.828
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		22.482	38.639	56.776	155.247
Aquisição de investimento líquido de caixa recebido da investida	16(b)(f)			(15.073)	(467.269)
Dividendos recebidos		433.860	34.282	90.370	71.120
Aquisição de imobilizado e intangível		(948.988)	(691.063)	(2.392.109)	(2.005.752)
Aquisição de associadas e controladas em conjunto	15(c)(i)			(26.076)	
Pagamentos a partes relacionadas		(13.618)		(22.177)	(5.299)
Recebimentos de partes relacionadas				5.299	
Aumento de capital em investida	15(c)(i)		(1.572.839)	(2.410)	(17.114)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(503.103)	(2.091.639)	(2.295.922)	(2.225.089)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captações de empréstimos e financiamentos	19(d)	1.770.744	1.435.504	2.732.730	3.424.047
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19(d)	(612.284)	(6.845)	(1.225.609)	(3.840.588)
Liquidação de arrendamento	18(c)	(41.792)	(44.294)	(320.897)	(286.646)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	(255.681)	(132.288)	(296.900)	(169.658)
Redução de capital de acionistas não controladores				(96.572)	(116.787)
Dividendos pagos	25(c)	(939.258)	(1.074.601)	(939.258)	(1.074.601)
Dividendos pagos a não controladores				(86.506)	(74.173)
Recebimentos de partes relacionadas					8.559
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(78.271)	177.476	(233.012)	(2.129.847)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		39.439	(412.745)	1.427.576	(329.690)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais				(514.133)	(176.827)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.105.029	1.517.774	3.943.513	4.450.030
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.144.468	1.105.029	4.856.956	3.943.513
Principais transações que não afetaram o caixa					
Liquidação de obrigações de CO2					176.701
Ativos de direito de uso em contratos de arrendamento		78.293	18.516	165.966	178.432

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		12.424.336	12.435.894	30.880.550	29.851.087
Outras receitas operacionais		121.037	103.148	280.801	280.051
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	(16.669)	(12.192)	(25.784)	(21.314)
		<u>12.528.704</u>	<u>12.526.850</u>	<u>31.135.567</u>	<u>30.109.824</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e outros insumos de produção		(4.398.762)	(3.969.920)	(10.883.061)	(10.154.132)
Energia, combustível e serviço de terceiros	27	(2.679.274)	(2.886.160)	(6.268.988)	(7.581.432)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos	28		(4.316)	53.016	(4.316)
		<u>(7.078.036)</u>	<u>(6.860.396)</u>	<u>(17.099.033)</u>	<u>(17.739.880)</u>
Valor adicionado bruto		5.450.668	5.666.454	14.036.534	12.369.944
Depreciação, amortização e exaustão	27	(445.227)	(410.107)	(1.868.614)	(1.846.855)
Valor adicionado líquido produzido		5.005.441	5.256.347	12.167.920	10.523.089
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações societárias	15(e)	2.049.503	632.266	55.078	52.100
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	29(b)	863.703	1.037.480	1.564.467	1.741.969
Recebimento de dividendos	4.1	433.860	34.282	90.370	71.120
		<u>3.347.066</u>	<u>1.704.028</u>	<u>1.709.915</u>	<u>1.865.189</u>
Valor adicionado total a distribuir		8.352.507	6.960.375	13.877.835	12.388.278
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais					
Remuneração direta		625.063	598.276	2.425.953	2.192.161
Encargos sociais		313.109	293.030	833.398	740.365
Benefícios		242.823	211.604	490.131	427.227
Plano de aposentadoria e plano de pensão				22.622	21.359
		<u>1.180.995</u>	<u>1.102.910</u>	<u>3.772.104</u>	<u>3.381.112</u>
Impostos e contribuições					
Federais		927.631	1.080.555	1.595.816	1.592.460
Estaduais		2.128.693	2.069.803	3.161.487	3.024.805
Municipais		28.412	23.680	30.759	25.404
Diferidos	21(b)	212.781	137.695	(38.611)	83.526
		<u>3.297.517</u>	<u>3.311.733</u>	<u>4.749.451</u>	<u>4.726.195</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	29(b)	1.377.628	1.505.532	2.562.555	3.037.394
Aluguéis	27	62.667	40.913	175.845	98.123
		<u>1.440.295</u>	<u>1.546.445</u>	<u>2.738.400</u>	<u>3.135.517</u>
Remuneração de capitais próprios					
Participação dos acionistas não controladores				184.180	146.167
Dividendos	25(c)	1.277.707	450.696	1.364.213	524.869
Lucros distribuídos e retidos		1.155.993	548.591	1.069.487	474.418
		<u>2.433.700</u>	<u>999.287</u>	<u>2.617.880</u>	<u>1.145.454</u>
Valor adicionado distribuído		8.352.507	6.960.375	13.877.835	12.388.278

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora") e suas controladas ("Companhia") têm como atividades principais: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, argamassa, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas.

A VCSA é uma sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, além de países na América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e África.

A VCSA é controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, uma *holding* de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar.

Em 10 de maio de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários, na Categoria A ("Registro de Companhia Aberta"), nos termos da Resolução da CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"). Como resultado, a Companhia está autorizada a negociar quaisquer valores mobiliários da Companhia em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, além de estar sujeita ao cumprimento das obrigações de emissores Categoria A previstas na Resolução CVM n.º 80 e demais regulamentações aplicáveis.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em 28 de fevereiro de 2024 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com a lei que rege as Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023**3.1 Contrato de financiamento para modernização da fábrica de cimento de Salto de Pirapora (SP)**

Em julho de 2023, a Companhia firmou contrato de financiamento para o projeto de modernização da fábrica de cimento situada em Salto de Pirapora (SP). O projeto tem como um dos principais objetivos aumentar o nível de substituição térmica da unidade e reduzir as emissões de CO₂. O projeto faz parte da estratégia de sustentabilidade de longo prazo da Companhia.

A nova linha de crédito foi financiada integralmente pela *International Finance Corporation* (IFC) no montante total de USD 150 milhões, equivalente a R\$ 747 milhões, com prazo total de 10 anos. Os recursos foram desembolsados para a Companhia em 16 de agosto de 2023.

O financiamento possui indicador de performance de sustentabilidade (KPIs) associado a redução de emissão líquida de gases de efeito estufa no escopo 1 (Kg CO₂/ ton cimentícios). Caso a Companhia atinja a meta de redução de CO₂ acordada até dezembro de 2026, obterá benefício de redução nos juros do contrato de financiamento, caracterizando a operação como um *sustainability-linked loan*, conforme Nota 19(b).

Após o desembolso, a Companhia contratou uma operação de derivativo (*cross-currency swaps*), visando tanto a troca de exposição à taxa flutuante em dólar para taxa flutuante CDI como troca de moeda dólar para real. Este *swap* foi contratado com outra instituição financeira, resultando em taxa flutuante CDI + *spread*.

Com propósito de proteger as variações do valor justo do risco cambial (USD) e taxa de juros (SOFR+) desse financiamento, foi designado na captação os instrumentos de proteção contratados (*cross-currency swaps*) para troca dos fluxos de USD/SOFR+ para BRL/CDI+ como *hedge accounting* de valor justo. A Companhia fez a designação formal da relação de *hedge*, de acordo com o requerimento do IFRS 9 / CPC 48, conforme Nota 6.4.3.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Informações financeiras por segmento operacional e divulgação de grupo
4.1 Informações financeiras por segmento operacional

O CPC 22 / IFRS 8 “Informações por segmento” exige que os segmentos operacionais sejam identificados com base em relatórios internos sobre componentes da Companhia que são regularmente revisados pelo *Chief Operating Decision Maker* (“CODM”) para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. Definimos o Diretor Presidente (“*Chief Executive Officer*”) da Companhia como o CODM.

A Companhia atua geograficamente e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A atividade comercial está diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades. Os segmentos operacionais reportáveis que correspondem com as divisões corporativas da Companhia são:

- (1) Brasil: compreende a produção e venda de cimento, agregados e argamassa estabilizada, argamassa básica, argamassa colante, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição, importação e coprocessamento para geração de energia.
- (2) América do Norte (operações no Canadá e Estados Unidos): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado e agregados;
- (3) Europa, Ásia e África (operações na Espanha, Turquia, Marrocos e Tunísia): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa;
- (4) América Latina (operações na Argentina, Bolívia e Uruguai): compreende a produção e venda de cimento, argamassa e concreto pré-fabricado;

A principal métrica de desempenho financeiro para a gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para cada um dos segmentos geográficos reportáveis. O EBITDA ajustado é definido como o lucro do exercício antes dos impostos e contribuição social menos / mais depreciação, amortização e exaustão, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida), resultado das subsidiárias e *joint-ventures*, dividendos recebidos e certas transações que são consideradas pela Administração como excepcionais, como: marcação a mercado do excedente dos contratos de energia (“MtM”), *impairment* de ativos não financeiros ou sua reversão, ganhos e / ou perdas na aquisição, venda ou troca de ativos:

	2023					
	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros(i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	12.828.278	7.801.360	4.256.813	869.245	926.429	26.682.125
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.046.410	487.285	1.113.585	55.587	(84.987)	2.617.880
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.433.375	785.406	802.886	41.508	(64.975)	2.998.200
Depreciação, amortização e exaustão	631.553	832.706	324.521	79.350	484	1.868.614
Resultado financeiro líquido	482.608	277.520	119.015	37.868	81.077	998.088
Equivalência patrimonial	(5.672)	(25.854)	(25.702)		2.150	(55.078)
Dividendos recebidos					90.370	90.370
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	(42.162)					(42.162)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativos (iii)		47.083	(103.895)	3.796		(53.016)
Resultado com aquisição e liquidação de negócio (iv)			3.934			3.934
Outros ajustes não relevantes (v)			2.727			2.727
Ajustes e reclassificações entre segmentos	25.064	4.791	(2.487)	1.355	(28.723)	
EBITDA ajustado	2.524.766	1.921.652	1.120.999	163.877	80.383	5.811.677
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	1.194.810	867.570	279.631	50.098		2.392.109
Dívida líquida	3.988.069	2.997.550	(469.895)	364.324	538.657	7.418.705

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022					
	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros(i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	12.726.135	7.447.555	3.380.067	811.539	1.432.070	25.797.366
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	750.573	276.718	368.264	43.810	(293.911)	1.145.454
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.174.365	334.195	401.710	45.137	(275.971)	1.679.436
Depreciação, amortização e exaustão	593.642	893.682	280.384	79.180	(33)	1.846.855
Resultado financeiro líquido	593.145	344.222	(9.141)	35.612	331.587	1.295.425
Equivalência patrimonial	14.722	(15.679)	(19.768)		(31.375)	(52.100)
Dividendos recebidos					71.120	71.120
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	57.587					57.587
Provisão de <i>impairment</i> de ativos (iii)	4.316					4.316
Resultado com aquisições e liquidações de negócios (iv)			2.019			2.019
Outros ajustes não relevantes (v)	15.826					15.826
Ajustes e reclassificações entre segmentos	42.811	1.535	20.750	(21.599)	(43.497)	
EBITDA ajustado	2.496.414	1.557.955	675.954	138.330	51.831	4.920.484
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	900.502	691.779	289.244	124.201	26	2.005.752
Dívida líquida	2.997.549	3.294.425	(577.747)	405.753	1.498.643	7.618.623

- (i) A coluna de "Outros" refere-se ao resultado das operações da Votorantim Cimentos Trading, como também, das *holdings* Votorantim Cimentos Latam ("VC LATAM") e Votorantim Cimentos Internacional ("VCI"), não incluído nos demais segmentos operacionais revisados pelo *Chief Operating Decision Maker* ("CODM").
- (ii) A marcação a mercado dos contratos de energia consiste no resultado não caixa da mensuração a valor justo do excedente de energia futuro desses contratos. O excedente existente relacionado com exercícios futuros é marcado a mercado no balanço patrimonial e gera volatilidade período a período no EBITDA bem como pode não resultar em perdas ou ganhos efetivos de caixa no resultado operacional. Com isso, a Administração entende que o efeito da marcação a mercado deve ser ajustado na métrica de performance.
- (iii) Perdas geradas por *impairment* em ativos não circulantes e suas correspondentes reversões são ajustados por não serem determinantes na avaliação do desempenho operacional do período, assim como para manter a comparabilidade operacional do indicador uma vez que está relacionada com a expectativa de retorno da base destes ativos.
- (iv) Refere-se a despesas e receitas após o encerramento da operação societária conforme acordo entre as partes, como ressarcimento de despesas e conclusão de processos judiciais. Assim como os resultados gerados na própria transação não são considerados como resultados operacionais, os efeitos gerados para a Companhia após o evento societário também são ajustados no EBITDA.
- (v) Estes valores incluem despesas pré-operacionais, considerando que estes itens não refletem as atividades operacionais da Companhia, eles foram ajustados do EBITDA. Os montantes referem-se a custos com obrigações judiciais decorrente de alienação e doações realizadas de forma incentivada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os principais objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade operacional, a fim de fornecer retornos e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode fazer ajustes no valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento, por exemplo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida é calculada com o total de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamentos menos o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem utilizados pela Companhia para gestão de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Empréstimos e financiamentos	19(b)	12.147.359	11.173.587
Arrendamentos	18(c)	1.011.924	1.200.684
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	(4.856.956)	(3.943.513)
Aplicações financeiras	9(b)	(1.056.569)	(978.316)
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	172.947	166.181
Dívida líquida - (A)		<u>7.418.705</u>	<u>7.618.623</u>
EBITDA ajustado últimos 12 meses - (B)		<u>5.811.677</u>	<u>4.920.484</u>
Índice de alavancagem financeira - (A/B)		1,28	1,55

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

5.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e também de acordo as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*), assim como de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As IFRS compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS® *Interpretations Committee - FRIC Interpretations*) e do Comitê Permanente de Interpretações (*Standing Interpretations Committee - SIC® Interpretations*).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas pela gestão da administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis materiais e para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 5.6.

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

5.2 Novas normas e interpretações contábeis

5.2.1 Normas e interpretações contábeis adotadas

Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(a) Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro” – *Single transaction*

A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2023 a alteração ao CPC 32 / IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. Impostos diferidos ativos de R\$ 14.558 e passivos de R\$ 17.577 foram inicialmente reconhecidos, com impacto residual de R\$ 3.019 registrado em contrapartida ao patrimônio líquido.

(b) Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro” – Reforma tributária internacional - regras do modelo Pillar 2

A Companhia está enquadrada no escopo das regras do Pillar 2, publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a qual trata-se de uma iniciativa para implementar um imposto mínimo global de 15%. Nas jurisdições nas quais a Companhia possui operações, a legislação do Pillar 2 já foi adotada em Luxemburgo, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, enquanto na Espanha foi publicado um projeto de lei cuja aprovação final é esperada ao longo de 2024. Uma vez que a legislação do Pillar 2 não estava em vigor em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não teve qualquer impacto no seu imposto corrente. Além disso, a Companhia aplicou a exceção temporária relativa ao reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos de impostos diferidos decorrentes do Pillar 2, tal como previsto nas alterações do IAS 12 emitidas em maio de 2023.

A Companhia está realizando o estudo sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação preliminar realizada até o momento, espera-se que a maioria das jurisdições não esteja sujeita ao *top-up tax* devido à elegibilidade a um dos 3 *safe harbour* prescritos nas diretrizes. No decurso de 2024, a Companhia irá refinar e completar esta avaliação, em que será possível identificar o potencial impacto resultante das regras.

(c) Alteração no CPC 26(R1) / IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis

A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2023 a alteração ao CPC 26(R1) / IAS 1 a qual requer que se divulguem as políticas contábeis “materiais” (e não as “significativas”). A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, e explica como identificá-las. O IFRS *Practice Statement 2* “*Making Materiality Judgements*”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

A adoção destas alterações não resultou em mudanças na identificação das políticas contábeis materiais, a nomenclatura foi devidamente ajustada.

5.2.2 Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

A alteração da norma visa esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avalia que a aplicação da norma em questão não terá impactos na apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado") (alterações ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 40 / IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas aos acordos de financiamento com fornecedores ("Risco sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma Companhia e sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os impactos na apresentação das demonstrações financeiras.

(c) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros.

5.2.3 Normas e informações de sustentabilidade ainda não adotadas

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

Em paralelo, a União Europeia emitiu o seu primeiro conjunto de normas de sustentabilidade – *European Sustainability Reporting Standards* ("ESRS") em julho de 2023, aplicáveis às subsidiárias do Grupo localizadas em países da União Europeia, que deverão reportar de forma consolidada sobre informações de sustentabilidade de acordo com os ESRSs a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia está em processo de implementação destas novas normas, de forma a adequar o atual Relatório Integrado aos requerimentos das normas e expectativas dos investidores e mercados financeiros.

5.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$" ou "Reais").

5.4 Operações com moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio como operações qualificadas como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.5 Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

O resultado e a posição financeira de todas as subsidiárias cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do período dessa demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias, conforme Nota 5.5.6; e
- (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como "Outros resultados abrangentes" num componente separado no patrimônio líquido dentro, da conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior assim como, dos empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como instrumento de *hedge* de investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio acumuladas equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de *hedge* que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O montante de diferenças de câmbio acumuladas a reconhecer no resultado é quantificado com base no método de consolidação usada pela Companhia que é o método de consolidação passo a passo no qual cada entidade é consolidada na entidade que detêm diretamente a participação nela e assim sucessivamente até a consolidação final na Companhia.

O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão também é reconhecido como "Outros resultados abrangentes".

As moedas funcionais das subsidiárias relevantes da Companhia no exterior estão apresentadas na Nota 5.5.5.

5.5.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas subsidiárias são eliminadas na consolidação.

A Companhia trata as transações com acionistas não-controladores que não resultem em perda de controle como transações com acionistas da Companhia. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ajuste do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido - "Ajustes de avaliação patrimonial".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado.

5.5.2 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**(i) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle conjunto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo.

(ii) Joint arrangements

Investimentos em *joint arrangements* onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como *joint ventures* ou *joint operations*. Em uma *joint venture*, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial.

Em uma *joint operation*, a Companhia reconhece individualmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas detidos ou incorridos em conjunto.

(iii) Método de equivalência patrimonial

No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de transação, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na Investida em "Outros resultados abrangentes", até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e *joint ventures* são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento.

Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os dividendos recebidos de participações em coligadas e *joint ventures* como fluxo de caixa de atividades de investimento.

O teste de *impairment* do valor contábil dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é realizado de acordo com a política apresentada na Nota 5.6.2(a).

5.5.3 Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pela Companhia;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores na adquirida com base na data de aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação da não controladora nos ativos identificáveis, líquidos, da adquirida.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados conforme incorridos.

O excesso de:

- contraprestação transferida;
- valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida, e
- valor justo – na data de aquisição – de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis, líquidos, adquiridos é registrado como ágio;

Caso esses valores sejam inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de forma independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo sendo reconhecidas no resultado.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação acionária na adquirida anteriormente detida pela Companhia é reavaliado ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal remensuração são reconhecidos no resultado.

5.5.4 Transações entre entidades sob controle comum

Transações entre entidades sob controle em comum ainda não foram endereçadas pelas IFRS e quando ocorrem transações de transferência não monetária entre entidades sob controle comum, a Companhia registra os ativos e passivos transferidos por seus valores contábeis na data da transferência.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.5.5 Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (momento que a Companhia adquire controle) até à data em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação da Companhia em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As principais subsidiárias e as alterações de participações societárias no exercício estão demonstradas abaixo:

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
	2023	2022			
Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Internacional S.A. - "VCI"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Votorantim Cimentos N/NE S.A. - "VCNNE"	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Cimentos
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Holding
Calmit Mineração Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Lidermac Indústria e Comércio Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Florestal
CRB Operações Portuárias S.A.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Portuária
Motz Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Transporte
Votorantim Cimentos Internacional S.A. e subsidiárias					
St. Marys e subsidiárias					
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	83,00	83,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
Québec Inc. (aka GP Co)	83,00	83,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
McInnis Cement Limited Partnership Aka	83,00	83,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
Ontario Limited	83,00	83,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Holding
Rosedale Securities Limited	83,00	83,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Holding
McInnis USA, LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
McInnis Marine USA, LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
Superior Materials Holdings LLC (i)		83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
VCNA Prairie LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
VCNA United Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
VCNA US Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
Votorantim Cimentos North America, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCNA United Materials Builders LLC (ii)		83,00	EUA	Dólar - USD	Varejo
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L e subsidiárias					
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. "VCEAA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Trading
Votorantim Cimentos España, S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Prebetong Áridos S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Hormigones S.A.	99,75	99,75	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
Morteros de Galicia S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
Cementos Asment EAA	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Comercial Cosmos SUR S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Sociedad Financiera y Minera Sur, S.L. (vi)		99,77	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Compañía General de Canteras, S.A.	99,18	99,18	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Asment de Temara S.A.	62,62	62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Cimentos
Société Marocaine SMBRM (ix)	30,68	30,68	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Moagem
Votorantim Cimento Sanayive Ticaret A.S.	99,95	99,95	Turquia	Lira Turca - TRY	Cimentos
Ybitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	82,92	82,92	Turquia	Lira Turca - TRY	Cimentos
Societe Les Ciments de Jbel Oust - CJO	99,99	99,99	Tunísia	Dinar Tunisiano - TND	Cimentos
Votorantim Cimentos Latam e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l "VC LATAM"	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Holding
Yacuces S.L.	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Itacamba Cementos S.A. (x)	34,00	34,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Peso uruguaio - UYU	Cimentos
Associadas e entidades controladas em conjunto					
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (iv)	44,27	44,44	Brasil	Real - BRL	Cimentos
Great Lakes Slag Inc.	41,50	41,50	Canadá	Dólar canadense - CAD	Produção de escória
Grundy-River Holdings LLC (v)	41,50		EUA	Dólar - USD	Biocombustível
Grundy County Redi-Mix LLC (v)	41,50		EUA	Dólar - USD	Biocombustível
River Red-Mix LLC (v)	41,50		EUA	Dólar - USD	Biocombustível
BWB LLC (iii)		83,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
RCD La Gañanía, S.I. (vii)	39,91	39,91	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Cementos del Marquesado S.A. (viii)		23,15	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
JSM Fidelização (Portugal), Unipessoal, Lda. (iv)	44,27	44,44	Portugal	Euro - EUR	Cimentos

- (i) Em janeiro de 2023, a empresa Superior Materials Holdings, LLC foi incorporada pela empresa Superior Materials LLC.
- (ii) Em janeiro de 2023, a controlada VCNA United Materials Builders LLC foi incorporada pela empresa VCNA Prairie LLC.
- (iii) Em janeiro de 2023, a empresa BWB LLC foi incorporada pela empresa Superior Materials LLC.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iv) Em abril de 2023, a empresa Votorantim Cimentos S.A. teve uma redução de participação acionária na empresa Juntos Somos Mais Fidelização S.A. e conseqüentemente, uma redução na participação da empresa JSM Fidelização (Portugal), Unipessoal, Lda.
- (v) Em junho de 2023, a empresa VCNA Prairie LLC fez a aquisição de participação na empresa Grundy-River Holdings LLC e indiretamente, nas empresas Grundy County Redi-Mix LLC e River Red-Mix LLC (Nota 15(c)(i)).
- (vi) Em agosto de 2023, a empresa Sociedad Financiera y Minera Sur, S.L. foi incorporada pela Votorantim Cimentos España, S.A.
- (vii) Em setembro de 2023, a empresa RCD LA Gañanía, SI foi constituída. A Votorantim Cimentos España S.A. possui 40% de participação acionária na empresa.
- (viii) Em dezembro de 2023, a empresa Cementos del Marquesado S.A. foi liquidada.
- (ix) A Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. possui 62,62% de participação indireta na Asment de Temara S.A., que por sua vez detém 48,99% na Sociéte Marocaine SMBRM, resultando na participação da VCSA de 30,68%.
- (x) A Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l. possui 51% da Yacuces S.L., que por sua vez detém 66,66% na Cementos Itacamba S.A., resultando na participação da VCSA de 34,00%.

5.5.6 Economias hiperinflacionárias

O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%.

O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras.

Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos para o ajuste acima mencionado são os seguintes:

- (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço;
- (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em "Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas".
- (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser convertidos pela taxa de fechamento na data da demonstração financeira mais recente.

Os números comparativos das demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não são ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial, decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença decorrente da adoção inicial desta contabilização diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido como "Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A aplicação contínua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio” e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração de resultado abrangente dentro da rubrica “Variação cambial de operações localizadas no exterior”.

O saldo dos ativos não monetários atualizados monetariamente são reduzidos quando excedem seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado.

Quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuado, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os períodos subsequentes.

(a) Turquia

No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional (“FMI”), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional.

(b) Argentina

Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao investimento da Companhia na Cimentos Avellaneda S.A. (“Avellaneda”), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino.

5.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

5.6.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco (por exemplo ESG ou a falta de liquidez, entre outros) dão origem a um ajuste não observável significativo.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- A análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e Nível 3.

A Companhia utiliza seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5.6.2 Impairment de ágio e ativo não circulante**(a) Práticas contábeis**

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente.

Os ativos que estão sujeitos a depreciação / amortização passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 28) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC).

Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado ou alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio específico adquirido ou a regional para qual o negócio adquirido foi integrado. Veja mais detalhes na Nota 17(c) para a alocação dos ágios.

Quando uma perda por *impairment* é revertida, exceto o ágio, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 28). Perda por *impairment* de ágio reconhecida no resultado do exercício não é revertida.

(b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs ou grupo de UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs ou grupo de UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC ou grupo de UGCs. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas ou negócios com processos de reestruturação ou revisões estratégicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano (com taxa de crescimento nula).

A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional (região geográfica) ou à UGC que está sendo testada.

A tabela a seguir apresenta as taxas reais de desconto antes dos impostos para as UGCs ou grupo de UGCs que têm ágio significativo alocado a elas, bem como outras UGCs sem ágio alocado, mas relevantes pela significância para as operações da Companhia:

Segmento	País	Moeda original	Taxa de desconto em termos reais em 2023	Taxa de desconto em termos reais em 2022
Brasil	Brasil	BRL	10,10%	9,46%
América Latina	Bolívia	BOB	15,01%	10,88%
	Uruguai	UYU	8,74%	8,30%
	Argentina	ARS	19,67%	16,62%
América do Norte	Canadá	CAD	7,60%	6,97%
	Estados Unidos	USD	7,60%	6,97%
Europa, Ásia e África	Turquia	TRY	12,91%	12,13%
	Tunísia	TND	17,29%	15,72%
	Marrocos	MAD	9,66%	8,21%
	Espanha	EUR	8,12%	7,48%

(c) Resultado do teste de *impairment*

Os testes de *impairment* efetuados para 31 de dezembro de 2023, não resultaram em perdas materiais no consolidado a serem reconhecidas, conforme apresentado:

Com base nos testes *impairment* realizados para a VCNA (segmento operacional América do Norte), a Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* considerando que o valor recuperável supera o seu valor contábil. No entanto, a Companhia reconheceu provisão para *impairment* no montante de R\$ 47.083 para certos ativos individuais decorrente de projetos descontinuados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu uma perda de *impairment* no montante de R\$ 145.982 na UGC Turquia (segmento operacional Europa, Ásia e África). Contudo, mesmo com o cenário persistente de hiperinflação no país neste ano de 2023, a Companhia decidiu pela reversão da provisão em sua totalidade, uma vez que o teste *impairment* apresentou valor recuperável relevante em relação ao valor contábil dos ativos. O impacto desta reversão no resultado do exercício foi de R\$ 103.895 e a diferença de valores entre os exercícios refere-se à variação cambial entre períodos.

Para o exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2022, os testes efetuados resultaram nos registros detalhados a seguir:

(i) UGC Cajamar (segmento operacional Brasil): R\$ 5.212 de *impairment*, devido a atraso na obtenção do licenciamento da área.

O montante foi integralmente alocado no “Imobilizado” (Nota 16) e reconhecido em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 28) em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs ou grupos de UGCs incluídas no teste de *impairment* para o exercício de 2023. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto).

Com base no resultado da análise de sensibilidade, a Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nessas premissas que resultariam no valor contábil das UGCs exceder significativamente seu valor recuperável estimado ou que poderia resultar em um *impairment* material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

5.6.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro em todos os países que opera. A provisão para tributos diferidos é calculada individualmente por entidade, com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes em cada localidade na data do balanço. Também são reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e o volume. O resultado do teste de recuperabilidade deste exercício está apresentado na (Nota 21).

5.6.4 Provisões e contingências

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

5.6.5 Obrigações com descomissionamento de ativos

Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo.

Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2023 estão entre 3,2% e 16,3% a.a. e em 31 de dezembro de 2022 estão entre 2,8% e 14,9% a.a..

5.6.6 Plano de pensão

O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direitos atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

6 Gestão de riscos

6.1 Gestão de riscos socioambientais e climáticos

A Companhia atua em diversos países e dessa forma, suas atividades estão sujeitas às legislações sociais, ambientais e climáticas locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, no tocante a regular a condução das atividades, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento desses riscos, incluindo aquelas que regulam os deveres do titular do empreendimento e / ou atividade quanto às medidas de zelo e proteção social, ambiental e climática. As violações à tais regulamentações podem levar a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir a implementação de medidas técnicas de forma a assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios aplicáveis.

A Companhia atualiza periodicamente seus levantamentos e avaliações de riscos socioambientais e climáticos e tratam os mesmos por meio de ações de mitigação, compensação ou provisões de obrigações futuras.

6.2 Sazonalidade das operações no hemisfério norte

Nos mercados localizados no hemisfério norte, a demanda por cimento, concreto, agregados e outros materiais de construção é sazonal durante o período de inverno no primeiro semestre, devido as mudanças climáticas relevantes como precipitação, neve e chuva, o que afetam adversamente a indústria de construção civil e pode causar paradas no processo de construção. As operações são normalizadas a partir do segundo semestre, com início da estação de verão nesses mercados.

A Companhia possui disponível linha de crédito rotativa (Nota 19(f)) que tem como uma das principais finalidades prover liquidez adicional às controladas baseadas no hemisfério norte durante o período de sazonalidade. Historicamente, os saques foram concentrados, no primeiro semestre e liquidados até o final do período de acordo com a retomada operacional.

6.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (a) risco de mercado (cambial e taxas de juros); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são comercializados em diversas moedas e indexadores em função do posicionamento global da Companhia, e potenciais riscos de descasamentos entre receitas e custos podem acontecer.

A Companhia possui dívidas atreladas a moedas e indexadores distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa e lucros futuros.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia adotou a política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos do mercado financeiro, tais como oscilações de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. A objetiva a gestão de alavancagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consideradas *investment grade*. A política financeira da Companhia pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas.

Os seguintes instrumentos derivativos podem ser usados para proteção e gerenciamento de riscos financeiros: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou *commodities*) e contratos a termo, conhecidos como NDF - *Non-Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou *commodities*). A principal diretriz da estratégia de *hedge* da Companhia segue operações que não envolvam instrumentos financeiros para fins especulativos ou operações que possam ser caracterizadas como alavancagem (ou seja, que a exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o item protegido), e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração.

6.4 Risco de mercado

6.4.1 Risco cambial

O risco cambial da Companhia deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio em moedas estrangeiras que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que consequentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados.

Os ativos e passivos em moedas estrangeiras (euro, dinar tunisiano, dólar americano, dólar canadense, dirham marroquino, lira turca, pesos boliviano e uruguaio) que são moedas diferentes da moeda funcional de cada entidade detentora dos saldos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	30.467	14.612	401.225	307.561
Aplicações financeiras			30.556	88.406
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	2.081.759	1.693.254	2.323.824	1.939.904
Contas a receber de clientes			337.213	318.974
Partes relacionadas	12.223	8.521	42.516	46.833
	<u>2.124.449</u>	<u>1.716.387</u>	<u>3.135.334</u>	<u>2.701.678</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos (i)	2.066.255	1.683.380	5.372.056	5.403.572
Arrendamento			100.912	206.226
Fornecedores e outras contas a pagar	7.619	993	465.214	161.930
Partes relacionadas	11.616	4.592	344.006	323.903
	<u>2.085.490</u>	<u>1.688.965</u>	<u>6.282.188</u>	<u>6.095.631</u>
Exposição líquida	<u>38.959</u>	<u>27.422</u>	<u>(3.146.854)</u>	<u>(3.393.953)</u>

(i) Custos de captação não estão considerados neste montante.

(ii) Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos apresentados referem-se ao valor de referência (*notional*) dos instrumentos.

A Companhia também possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos expõem a Companhia ao risco cambial. A exposição cambial decorrente dos investimentos em operações no exterior é parcialmente protegida por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, que são classificados como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior, veja mais detalhes na Nota 6.4.3(c).

A Companhia revisou o critério de apresentação dos valores expostos ao risco cambial e passou a divulgar exclusivamente os saldos em moedas estrangeiras dos ativos e passivos financeiros diferentes da moeda funcional das controladas localizadas no exterior, refletindo assim os saldos passíveis de exposição a variações cambiais com impactos no resultado. Esta alteração foi aplicada de forma retrospectiva para fins de comparabilidade e os saldos comparativos anteriormente apresentados foram alterados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.4.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge principalmente de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas variáveis e taxas fixas expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa e de valor justo, respectivamente, associado à taxa de juros. A Companhia apresenta na Nota 19(b), a exposição à taxa de juros e instrumentos financeiros derivativos de proteção mantidos pela Companhia. Veja mais detalhes na Nota 6.7.

6.4.3 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Práticas contábeis

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas no resultado na rubrica de instrumentos derivativos.

Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. A seguir reportamos as principais práticas adotadas na proteção das exposições.

Programa de proteção da exposição cambial – instrumentos de proteção financeira contratados com o objetivo de proteção do fluxo de caixa oriundo da exposição cambial. A proteção é realizada por meio de compra/venda a termo de dólar estadunidense, euro e outras moedas.

Programa de proteção de taxa de juros – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição as taxas SOFR, taxa de dólar pré-fixada e ao IPCA (índice de preços do Brasil), para garantir a conformidade com os requerimentos estabelecidos na política financeira da Companhia. A proteção é realizada por meio de swaps. A companhia também utiliza de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para gerenciar a volatilidade no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia detinha os seguintes instrumentos financeiros para cobrir as exposições cambiais e de taxa de juros:

Programas	Valor principal		Unidade do principal	2022				2023				Controladora	
	2023	2022		Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Impacto no resultado financeiro	Perda realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Valor justo por vencimento			2027 e acima	
									2024	2025	2026		
Proteção de taxas de juros e moedas não designado para hedge accounting													
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	230.000	280.000	USD milhares	(142.714)	(236.069)	179.471	7.137	(192.175)	(92.147)	(69.055)	(57.410)	26.437	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	1.026.904	615.793	BRL milhares	(8.386)	20.178	58.730		70.522	(54.410)	(36.613)	(36.618)	198.163	
Swaps taxa flutuante em SOFR vs. taxa flutuante em CDI	50.000	50.000	USD milhares	13.032	(41.555)	17.480	827	(10.216)	(10.428)	(10.295)	10.507		
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI	112.453		USD milhares		2.966			2.966	562	1.449	670	285	
				<u>(138.068)</u>	<u>(254.480)</u>	<u>255.681</u>	<u>7.964</u>	<u>(128.903)</u>	<u>(156.423)</u>	<u>(114.514)</u>	<u>(82.851)</u>	<u>224.885</u>	
Proteção de taxas de juros e moedas designado para hedge de valor justo													
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150.000		USD milhares		(45.368)		(2.945)	(48.313)	(32.732)	(27.048)	(27.506)	38.973	
Ativo circulante								670					
Ativo não circulante				543.924				439.356					
Passivo circulante				(215.707)				(189.824)					
Passivo não circulante				(466.285)				(427.418)					
				<u>(138.068)</u>				<u>(177.216)</u>					

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programas	Valor principal		Unidade do principal	2022				2023				Consolidado	
	2023	2022		Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Impacto no resultado financeiro	Perda (ganho) realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Valor justo por vencimento			2027 e acima	
									2024	2025	2026		
Hedge de proteção cambial													
Termo de lira turca (TRY/USD)	10.100	6.000	USD milhares	(1.776)	19.143	(18.440)	(1.073)	(1.073)					
Proteção de taxas de juros e moedas não designado para hedge accounting													
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	280.000	330.000	USD milhares	(157.643)	(277.374)	205.311	9.171	(220.535)	(110.290)	(82.310)	(70.387)	42.452	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	1.643.066	1.020.170	BRL milhares	(19.794)	29.940	92.549		102.695	(84.129)	(56.285)	(56.163)	299.272	
Swaps taxa flutuante em SOFR vs. taxa flutuante em CDI	50.000	50.000	USD milhares	13.032	(41.555)	17.480	827	(10.216)	(10.429)	(10.295)	10.508		
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI	170.384		USD milhares		4.495			4.495	853	2.196	1.015	431	
				<u>(166.181)</u>	<u>(265.351)</u>	<u>296.900</u>	<u>9.998</u>	<u>(124.634)</u>	<u>(205.068)</u>	<u>(146.694)</u>	<u>(115.027)</u>	<u>342.155</u>	
Proteção de taxas de juros e moedas designado para hedge de valor justo													
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150.000		USD milhares		(45.368)		(2.945)	(48.313)	(32.733)	(27.048)	(27.506)	38.974	
Ativo circulante				48				1.027					
Ativo não circulante				708.600				612.194					
Passivo circulante				(271.647)				(238.826)					
Passivo não circulante				(603.182)				(547.342)					
				<u>(166.181)</u>				<u>(172.947)</u>					

(i) O valor total (líquido entre ativos e passivos) é mensurado pelo valor justo dos instrumentos financeiros levando em conta o risco de crédito da Companhia e/ou da contraparte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Hedge de valor justo

A Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo certas operações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção do risco de valor justo associado com a taxa de juros e câmbio. Nas operações designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de proteção e o objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e os métodos utilizados para avaliação da efetividade.

As variações no valor justo dos instrumentos de proteção (derivativos) contratados são registradas no resultado como receitas e despesas financeiras. As variações dos empréstimos designados que são atribuíveis exclusivamente aos riscos protegidos são registradas também no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como receitas ou despesas financeiras.

A relação vigente de efetividade mensurada no exercício está apresentada a seguir:

Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional	Controladora e consolidado		
						Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto
Swap de câmbio e juros	Agência de fomento - USD 150 milhões SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	747.180	(45.368)	(2.333)	(1.913)

A variação corresponde ao valor acumulado dos ajustes de valor justo sobre os itens protegidos, incluindo no valor contábil dos empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos derivativos designados para fins de *hedge* de valor justo está demonstrado separadamente na Nota 6.4.3(a).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior

O *hedge* de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado de maneira similar ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge*, relacionado com a parcela efetiva do *hedge*, é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do exercício quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

										2023
Investidora		Objeto					Instrumento			Ganho
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD milhares	75,23%	500.000	2.503.800	USD milhares	500.000	2.503.800	69.015

										2022
Investidora		Objeto					Instrumento			Perda
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD milhares	44,96%	500.000	2.608.850	USD milhares	500.000	2.608.850	(162.739)

Os valores de ganho demonstrados acima estão líquidos do efeito de impostos, os quais são apresentados na Nota 25(e).

Não foi apurada inefetividade das operações de *hedge* designadas no exercício, portanto, não foram realizados lançamentos de ganho ou perda no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações de acordo com um instrumento financeiro ou contrato com cliente. A Companhia está exposta ao risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber) e de suas atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros.

Para atenuar os efeitos adversos, a Companhia adotou políticas de crédito e cobrança aprovadas pela Administração.

A Companhia tem como política selecionar emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou melhor que AA- (ou Aa3), ou *rating* em escala global igual ou melhor que BBB (ou Baa3). Para países cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

O limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado pela política financeira da Companhia e está vinculado ao *rating* e balanço patrimonial da instituição.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte.

6.5.1 Risco de crédito das contas a receber de clientes

Os montantes representam o saldo do contas a receber de clientes, desconsiderando títulos vencidos, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e saldos com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Risco alto	40.349	44.845	159.940	155.195
Risco médio	64.824	96.772	188.837	227.643
Risco baixo	388.636	350.748	838.843	796.178
AAA	87.577	63.283	318.587	232.097
	<u>581.386</u>	<u>555.648</u>	<u>1.506.207</u>	<u>1.411.113</u>

Risco alto	Clientes com alto risco de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos recorrentes de pagamentos.
Risco médio	Clientes com risco médio de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos pontuais de pagamentos.
Risco baixo	Clientes com bons indicadores de mercado e/ou bom histórico de pagamentos.
Clientes AAA	Clientes estratégicos e/ou de grande relevância, cuja atribuição desta classe de risco é aprovada em comitê de crédito.

O risco de crédito é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia, conforme estabelecido na política de crédito e cobrança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos da Companhia no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses.

A tabela a seguir demonstra o principal e os juros em aberto, se aplicável, nas respectivas datas de vencimento. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida, no entanto, para os passivos de taxa flutuante, as despesas de juros foram calculadas com base nas curvas de mercado no fechamento dessas demonstrações financeiras.

Os montantes apresentados abaixo são os fluxos de caixa contratuais não descontados, ou seja, podem não conciliar com os valores divulgados no balanço patrimonial.

							Controladora
			Entre 1 e 2	Entre 2 e 5	Entre 5 e 10	A partir de 10	
	Nota	Até 1 ano	anos	anos	anos	anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Empréstimos e financiamentos		462.567	445.418	4.057.394	3.233.916	308.395	8.507.690
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	189.824	143.012	241.633	42.202	571	617.242
Arrendamento		44.672	39.912	29.475	535		114.594
Risco sacado a pagar	20	205.190					205.190
Fornecedor e outras contas a pagar		1.517.703					1.517.703
Partes relacionadas		16.907	55.871				72.778
Dividendos a pagar	13(b)	557.360					557.360
		<u>2.994.223</u>	<u>684.213</u>	<u>4.328.502</u>	<u>3.276.653</u>	<u>308.966</u>	<u>11.592.557</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos		387.367	408.384	2.863.911	3.259.132	104.860	7.023.654
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	215.707	162.568	263.707	40.010		681.992
Arrendamento		27.640	12.848	16.467	721		57.676
Risco sacado a pagar	20	251.701					251.701
Fornecedor e outras contas a pagar		1.936.463					1.936.463
Partes relacionadas		12.068	52.583				64.651
Dividendos a pagar	13(b)	218.911					218.911
		<u>3.049.857</u>	<u>636.383</u>	<u>3.144.085</u>	<u>3.299.863</u>	<u>104.860</u>	<u>10.235.048</u>
							Consolidado
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2	Entre 2 e 5	Entre 5 e 10	A partir de 10	Total
			anos	anos	anos	anos	
Em 31 de dezembro de 2023							
Empréstimos e financiamentos		919.424	923.418	8.726.300	4.481.852	2.971.549	18.022.543
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	238.826	175.986	307.918	62.574	864	786.168
Arrendamento		183.255	155.804	274.502	139.038	495.086	1.247.685
Risco sacado a pagar	20	1.559.780					1.559.780
Fornecedores e outras contas a pagar		3.899.031					3.899.031
Partes relacionadas		16.907	48.548				65.455
Dividendos a pagar	13(b)	559.040					559.040
Uso de bem público		54.519	55.247	187.040	397.000	1.157.338	1.851.144
Plano de pensão		63.855	63.793	173.610	262.921	768.731	1.332.910
		<u>7.494.637</u>	<u>1.422.796</u>	<u>9.669.370</u>	<u>5.343.385</u>	<u>5.393.568</u>	<u>29.323.756</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos		807.504	837.586	7.409.146	4.699.890	2.998.262	16.752.388
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	271.647	201.924	345.507	55.751		874.829
Arrendamento		179.614	98.357	178.249	130.146	664.192	1.250.558
Risco sacado a pagar	20	1.880.761					1.880.761
Fornecedores e outras contas a pagar		4.275.707					4.275.707
Partes relacionadas		12.068	47.086				59.154
Dividendos a pagar	13(b)	221.185					221.185
Uso de bem público		54.932	57.257	193.843	411.440	1.312.743	2.030.215
Plano de pensão		65.409	64.660	187.669	365.427	1.136.211	1.819.376
		<u>7.768.827</u>	<u>1.306.870</u>	<u>8.314.414</u>	<u>5.662.654</u>	<u>6.111.408</u>	<u>29.164.173</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.7 Análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros, de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos, dos financiamentos, das partes relacionadas e dos instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, dirham marroquino, boliviano, lira turca e dólar canadense, peso uruguaio e dinar tunisiano, bem como a flutuação das taxas de juros CDI, SOFR, IPCA e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Baseado nas curvas futuras de mercado e cotações que corresponde ao cenário mais provável com base na visão da Administração.

Cenário II - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Cenário III - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Controladora					
					Impactos no resultado					
					Cenário I		Cenários II & III			
Choque nas curvas de 2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	25%	50%					
Câmbio										
USD	11.527	2.090.810	430.000	USD	1,21%	23.124	(1.578)	(3.155)	1.578	3.155
Taxas de juros										
BRL - CDI	1.970.531	2.501.939	3.221.116	BRL milhares	-69 bps	(12.300)	199.144	441.550	(165.474)	(304.503)
BRL - IPCA	1.762	1.183.771	1.026.904	BRL milhares	38 bps	34.326	64.807	(168.922)	63.716	(66.395)
USD - SOFR		984.814	200.000	USD milhares	6 bps	(37.788)	1.327.810	2.655.634	(1.327.796)	(2.655.579)
Cupom de dólar			380.000	USD milhares	6 bps	(7.502)	(521.398)	(1.042.797)	521.398	1.042.797

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

														Consolidado											
														Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente							
														Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2023	Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Resultados do cenário I	Impactos no resultado abrangente													
							-25%	-50%	25%	50%		-25%	-50%	25%	50%										
Câmbio																									
USD	1.638.514	6.452.998	330.000	USD	1,21%	28.478	(58.169)	(116.338)	58.169	116.338	(62.396)	1.286.528	2.573.056	(1.286.528)	(2.573.056)										
EUR	730.399	574.455		EUR	-0,20%	(84)	(10.665)	(21.330)	10.665	21.330	(224)	(28.321)	(56.642)	28.321	56.642										
MAD	95.179			MAD	-0,80%	(758)	(23.795)	(47.589)	23.795	47.589															
BOB	47.169	507.049		BOB	0,48%						(2.227)	114.970	229.940	(114.970)	(229.940)										
TRY	65.251		10.100	TRY	-4,33%	(22)	(33.851)	(85.254)	26.830	50.151															
CAD	122.972	169.724		CAD	-0,06%	29	11.688	23.376	(11.688)	(23.376)															
UYU	36.636	102.569		UYU	-3,11%						2.048	16.483	32.966	(16.483)	(32.966)										
TND	177.819			TND	-0,30%	(533)	(44.455)	(88.909)	44.455	88.909															
Taxas de juros																									
BRL - CDI	9.002.067	2.501.939	4.137.274	BRL milhares	-69 bps	(69.014)	94.489	255.176	(42.914)	(45.273)															
BRL - IPCA	1.762	1.862.470	1.643.066	BRL milhares	38 bps	(28.966)	(37.737)	(75.895)	37.323	74.241															
USD - SOFR		984.814	200.000	USD milhares	6 bps	(37.788)	1.327.810	2.655.634	(1.327.796)	(2.655.579)															
Cupom de dólar			480.000	USD milhares	6 bps	(8.170)	(580.693)	(1.161.385)	580.693	1.161.385															
TJLP		27.735		BRL milhares	-2 bps	6	453	906	(453)	(906)															

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 8(b)), “Aplicações financeiras” (Nota 9(b)), “Partes relacionadas” (Nota 13(b)) e “Empréstimos e financiamentos” (Nota 19(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” e a variação cambial é reconhecida como “variações cambiais, líquidas”.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

A exceção do *impairment* do “Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis” (Nota 10), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

(e) Composição

				Controladora
				2023
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		1.144.468	1.144.468
Aplicações financeiras	9(b)		864.266	864.266
Contas a receber de clientes	10(b)	711.286		711.286
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		440.026	440.026
Partes relacionadas	13(b)	52.030		52.030
		<u>763.316</u>	<u>2.448.760</u>	<u>3.212.076</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	4.249.090	1.581.218	5.830.308
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		617.242	617.242
Arrendamentos	18(c)	96.003		96.003
Risco sacado a pagar	20	205.190		205.190
Fornecedores e outras contas a pagar		1.517.703		1.517.703
Salários e encargos sociais		296.829		296.829
Partes relacionadas	13(b)	55.870		55.870
		<u>6.420.685</u>	<u>2.198.460</u>	<u>8.619.145</u>

				Controladora
				2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		1.105.029	1.105.029
Aplicações financeiras	9(b)		776.858	776.858
Contas a receber de clientes	10(b)	661.250		661.250
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		543.924	543.924
Partes relacionadas	13(b)	45.873		45.873
		<u>707.123</u>	<u>2.425.811</u>	<u>3.132.934</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	3.880.552	906.878	4.787.430
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		681.992	681.992
Arrendamentos	18(c)	52.718		52.718
Risco sacado a pagar	20	251.701		251.701
Fornecedores e outras contas a pagar		1.936.463		1.936.463
Salários e encargos sociais		264.862		264.862
Partes relacionadas	13(b)	58.016		58.016
		<u>6.444.312</u>	<u>1.588.870</u>	<u>8.033.182</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
				2023
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		4.856.956	4.856.956
Aplicações financeiras	9(b)		1.056.569	1.056.569
Contas a receber de clientes	10(b)	1.641.634		1.641.634
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		613.221	613.221
Partes relacionadas		51.904		51.904
Securitização de recebíveis	10(e)	250.372		250.372
		<u>1.943.910</u>	<u>6.526.746</u>	<u>8.470.656</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	10.569.375	1.577.984	12.147.359
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		786.168	786.168
Arrendamentos	18(c)	1.011.924		1.011.924
Risco sacado a pagar	20	1.559.780		1.559.780
Fornecedores e outras contas a pagar		3.899.031		3.899.031
Salários e encargos sociais		721.934		721.934
Partes relacionadas		48.548		48.548
Uso de bem público		643.347		643.347
Securitização de recebíveis	10(e)	95.338		95.338
		<u>18.549.277</u>	<u>2.364.152</u>	<u>20.913.429</u>

				Consolidado
				2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		3.943.513	3.943.513
Aplicações financeiras	9(b)		978.316	978.316
Contas a receber de clientes	10(b)	1.521.320		1.521.320
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		708.648	708.648
Partes relacionadas		45.699		45.699
Securitização de recebíveis	10(e)	217.740		217.740
		<u>1.784.759</u>	<u>5.630.477</u>	<u>7.415.236</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	10.266.709	906.878	11.173.587
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		874.829	874.829
Arrendamentos	18(c)	1.200.684		1.200.684
Risco sacado a pagar	20	1.880.761		1.880.761
Fornecedores e outras contas a pagar		4.275.707		4.275.707
Salários e encargos sociais		598.861		598.861
Partes relacionadas		56.905		56.905
Uso de bem público		711.790		711.790
Securitização de recebíveis	10(e)	114.417		114.417
		<u>19.105.834</u>	<u>1.781.707</u>	<u>20.887.541</u>

- (i) O valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos e passivos:

				Controladora
				2023
Valor justo medido com base em				
				Técnica de valoração suportada por preços observáveis
		Preços cotados em mercado ativo		
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	492.608	651.860	1.144.468
Aplicações financeiras	9(b)	855.305	8.961	864.266
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		440.026	440.026
		<u>1.347.913</u>	<u>1.100.847</u>	<u>2.448.760</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	1.173.507	4.687.739	5.861.246
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		617.242	617.242
		<u>1.173.507</u>	<u>5.304.981</u>	<u>6.478.488</u>

				Controladora
				2022
Valor justo medido com base em				
				Técnica de valoração suportada por preços observáveis
		Preços cotados em mercado ativo		
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	144.377	960.652	1.105.029
Aplicações financeiras	9(b)	769.628	7.230	776.858
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		543.924	543.924
		<u>914.005</u>	<u>1.511.806</u>	<u>2.425.811</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	610.253	4.143.942	4.754.195
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		681.992	681.992
		<u>610.253</u>	<u>4.825.934</u>	<u>5.436.187</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
				2023
Valor justo medido com base em				
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	2.759.140	2.097.816	4.856.956
Aplicações financeiras	9(b)	909.477	147.092	1.056.569
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		613.221	613.221
		<u>3.668.617</u>	<u>2.858.129</u>	<u>6.526.746</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	6.095.129	6.327.129	12.422.258
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		786.168	786.168
		<u>6.095.129</u>	<u>7.113.297</u>	<u>13.208.426</u>

				Consolidado
				2022
Valor justo medido com base em				
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	1.943.432	2.000.081	3.943.513
Aplicações financeiras	9(b)	846.823	131.493	978.316
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		708.648	708.648
		<u>2.790.255</u>	<u>2.840.222</u>	<u>5.630.477</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	5.498.552	5.581.148	11.079.700
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)		874.829	874.829
		<u>5.498.552</u>	<u>6.455.977</u>	<u>11.954.529</u>

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa e equivalentes de caixa
(a) Práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional				
Caixa e bancos	5.974	2.375	17.174	44.417
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	651.860	960.653	1.312.774	1.537.834
Operações compromissadas - Títulos públicos	456.167	127.389	730.651	249.717
	<u>1.114.001</u>	<u>1.090.417</u>	<u>2.060.599</u>	<u>1.831.968</u>
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	30.467	14.612	1.735.292	1.649.299
Time deposits			1.061.065	462.246
	<u>30.467</u>	<u>14.612</u>	<u>2.796.357</u>	<u>2.111.545</u>
	<u>1.144.468</u>	<u>1.105.029</u>	<u>4.856.956</u>	<u>3.943.513</u>

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 101,85% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2022 – 102,83% a.a. do CDI).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Aplicações financeiras
(a) Práticas contábeis

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	855.360	769.676	909.533	846.872
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	7.144	6.168	114.718	40.024
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.762	1.014	1.762	1.014
	<u>864.266</u>	<u>776.858</u>	<u>1.026.013</u>	<u>887.910</u>
Moeda estrangeira				
<i>Time deposits</i>			30.556	90.406
Circulante	<u>864.266</u>	<u>776.858</u>	<u>1.056.569</u>	<u>978.316</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras em moeda local e estrangeira é equivalente a 102,29% a.a. do CDI e 5,53% a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2022 – 102,98% a.a. do CDI e 4,06% a.a., respectivamente).

10 Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis
(a) Práticas contábeis
(i) Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos financeiros” para calcular PECLD. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes por meio da análise de risco para calcular a perda de crédito esperada.

A matriz possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber, a qual é aplicada para todo saldo de contas a receber de terceiros, incluindo montantes não vencidos. Os recebíveis de partes relacionadas da Controladora e consolidado não são considerados nessa análise. Todos os recebíveis de terceiros vencidos há mais de 120 dias são provisionados e os recebíveis vencidos há mais de 365 dias são revisados trimestralmente para avaliar se serão baixados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Securitização de recebíveis

Em março de 2016, a controlada St. Marys entrou em uma operação de securitização rotativa de recebíveis (*revolving receivables securitization*) com instituições financeiras, para a cessão de recebíveis para uma entidade de propósito específico (*Special Purpose Entity – SPE*). A SPE foi estabelecida para esse fim e não é controlada pela Companhia. A aquisição inicial de recebíveis pela SPE foi financiada através de: (i) quotas sêniores; (ii) quotas sêniores subordinadas; (iii) quotas intermediárias subordinadas; e (iv) quotas juniores subordinadas. Esta operação de securitização foi renovada, sendo a atual data de vencimento março de 2024, e o montante da linha de crédito de R\$ 1.174 milhões (USD 225 milhões).

A St. Marys detém a quota subordinada sênior, bem como as quotas juniores subordinadas. Dessa forma, a exposição máxima da Companhia à perda devido ao seu envolvimento contínuo nos ativos financeiros desconhecidos corresponde à sua participação nos certificados subordinados sênior e júnior.

A St. Marys vende recebíveis para a SPE diariamente de maneira rotativa. Quando a St. Marys transfere os recebíveis para a SPE, realiza a baixa de todo o recebível, em troca de caixa e títulos a receber da SPE. A SPE desconta do valor transferido a St. Marys o custo de aquisição dos recebíveis, que é registrado como despesa financeira pela Companhia (Nota 29).

A St. Marys gerencia, através de prestação de serviços à SPE, os trabalhos de cobrança dos recebíveis incluídos nessa transação. Os honorários incorridos com o serviço de cobrança são registrados como receitas financeiras. Em 2023 e 2022, os ganhos e perdas da Companhia estão apresentadas nas rubricas de “Comissões sobre securitização”, “Reversão de garantia sobre operação de securitização”, “Provisão de garantia sobre operação de securitização” e “Encargos com securitização” (Nota 29).

De acordo com os critérios do CPC 36 (R3) / IFRS 10 “Demonstrações consolidadas”, a SPE não é controlada pela Companhia, deste modo, não é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos transacionados com a SPE são apresentados como saldos com partes relacionadas (Nota 13).

A Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis transferidos à SPE, contudo, retém o controle dos ativos transferidos, considerando que a SPE não tem a capacidade de vender os recebíveis. Os recebíveis são reconhecidos pela Companhia na extensão do envolvimento contínuo das mesmas e os passivos associados também são reconhecidos. A extensão do envolvimento contínuo das investidas é equivalente à sua exposição as mudanças no valor dos ativos transferidos. O valor contábil líquido dos ativos parcialmente transferidos e dos passivos associados reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve, os quais não são materialmente diferentes do seu valor justo, dado a natureza dos recebíveis.

A St. Marys reconhece parte dos ativos transferidos na extensão do seu envolvimento considerando:

- Seu contínuo envolvimento relacionado com a parcela de notas júnior e sênior, e
- Seu contínuo envolvimento relacionado com a garantia que representa a subordinação – a St. Marys detém a primeira exposição a perdas dentro da sua parcela de subordinação;

Os recebíveis continuam a ser reconhecidos com vencimento em menos de três meses. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos associados à operação de securitização foram reclassificados de não circulante para circulante devido ao vencimento do contrato atual de securitização. A Companhia está em vias de renovação do atual contrato de securitização.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Clientes brasileiros		610.793	587.964	795.900	759.503
Clientes fora do Brasil				857.075	792.970
Partes relacionadas	13(b)	119.638	88.512	55.615	43.130
		730.431	676.476	1.708.590	1.595.603
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	(19.145)	(15.226)	(66.956)	(74.283)
		711.286	661.250	1.641.634	1.521.320

(c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	(15.226)	(30.494)	(74.283)	(96.626)
Adições	(18.596)	(14.566)	(37.024)	(32.183)
Reversões	1.927	2.374	11.240	10.869
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobrável	12.750	27.460	28.384	44.379
Aquisição de subsidiária				(6.636)
Variações cambiais			4.727	5.914
Saldo no final do exercício	(19.145)	(15.226)	(66.956)	(74.283)

(d) Vencimento

Os saldos abaixo por vencimento não consideram a PECLD.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	701.024	644.160	1.561.822	1.454.243
Vencidos até 3 meses	23.386	23.390	79.631	86.003
Vencidos entre 3 e 6 meses	3.903	3.846	12.034	8.388
Vencidos há mais de 6 meses	2.118	5.080	55.103	46.969
	730.431	676.476	1.708.590	1.595.603

 O risco de crédito do contas a receber de clientes que não estão vencidos e não estão provisionados para *impairment* está apresentado na Nota 6.5.1.

(e) Ativos e passivos reconhecidos como securitização de recebíveis

	Consolidado	
	2023	2022
Títulos a receber da SPE	208.616	176.807
Contribuição de capital na SPE	41.756	40.933
Securitização de recebíveis (Ativo)	250.372	217.740
Garantia contratual	(92.438)	(91.391)
Garantias das perdas das quotas júnior	(2.900)	(23.026)
Securitização de recebíveis (Passivo)	(95.338)	(114.417)
Valor contábil líquido (i)	155.034	103.323

(i) O valor justo dos ativos e passivos que representam o envolvimento contínuo da entidade nos ativos financeiros baixados não é materialmente diferente do valor contábil líquido desses ativos e passivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Estoques
(a) Práticas contábeis

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto.

A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, exceto por ajustes resultantes do processo de distribuição, que são contabilizados como “despesas de vendas”.

Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). O estoque obsoleto é baixado quando é vendido ou sucateado.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	66.345	67.053	250.383	245.629
Produtos semi-acabados	383.750	382.254	1.273.785	1.142.979
Matérias-primas	83.657	92.737	466.285	419.751
Combustíveis	239.203	288.852	747.692	818.210
Materiais auxiliares e de consumo	59.249	52.793	118.179	109.747
Materiais de manutenção	242.917	209.791	819.194	790.697
Importações em andamento	748	830	73.870	28.972
Outros	7.148	16.176	30.390	51.372
Provisão para perda de estoque (i)	(67.959)	(53.244)	(279.814)	(248.565)
	<u>1.015.058</u>	<u>1.057.242</u>	<u>3.499.964</u>	<u>3.358.792</u>

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

							Controladora
							2023
	Produtos acabados	Produtos semi- acabados	Matérias- primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(410)	(16.900)	(1.481)	(3.311)	(30.849)	(293)	(53.244)
Adições	(765)	(867)	(2.345)	(5.271)	(27.884)	(425)	(37.557)
Reversões e baixas	632	2.347	2.593	3.487	13.371	412	22.842
Saldo no final do exercício	(543)	(15.420)	(1.233)	(5.095)	(45.362)	(306)	(67.959)

							Controladora
							2022
	Produtos acabados	Produtos semi- acabados	Matérias- primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(447)	(20.698)	(1.141)	(3.982)	(26.660)	(14)	(52.942)
Adições	(570)	(1.259)	(4.415)	(1.346)	(13.162)	(439)	(21.191)
Reversões e baixas	607	5.057	4.075	2.017	8.973	160	20.889
Saldo no final do exercício	(410)	(16.900)	(1.481)	(3.311)	(30.849)	(293)	(53.244)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2023						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(20.585)	(32.090)	(19.452)	(34.415)	(136.219)	(5.804)	(248.565)
Adições	(1.008)	(17.858)	(9.094)	(12.020)	(57.932)	(745)	(98.657)
Reversões e baixas	1.633	15.214	4.594	17.293	17.467	2.115	58.316
Variações cambiais	563	762	125	4.963	2.679		9.092
Saldo no final do exercício	(19.397)	(33.972)	(23.827)	(24.179)	(174.005)	(4.434)	(279.814)

	Consolidado						
	2022						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(5.747)	(40.160)	(19.194)	(35.043)	(151.735)	(6.650)	(258.529)
Adições	(1.952)	(10.810)	(3.433)	(4.036)	(45.711)	(1.056)	(66.998)
Reversões e baixas	1.651	17.585	3.196	4.664	49.087	1.902	78.085
Variações cambiais	781	2.306	85		17.509		20.681
Aquisição de subsidiárias	(15.318)	(1.011)	(106)		(5.369)		(21.804)
Saldo no final do exercício	(20.585)	(32.090)	(19.452)	(34.415)	(136.219)	(5.804)	(248.565)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Tributos a recuperar
(a) Práticas contábeis

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	26.952	33.677	92.111	182.168
Programa de Integração Social - PIS (i)	6.535	7.827	20.414	48.218
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.997	13.911	41.811	35.382
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA			19.327	96.661
ICMS sobre ativo imobilizado	31.088	26.866	39.016	33.746
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	22.712	23.678	27.970	28.232
Créditos previdenciários	25.753	25.571	30.496	30.223
Outros	2.485	2.479	32.803	40.941
	<u>128.522</u>	<u>134.009</u>	<u>303.948</u>	<u>495.571</u>
Circulante	52.042	53.001	126.731	297.755
Não circulante	76.480	81.008	177.217	197.816
	<u>128.522</u>	<u>134.009</u>	<u>303.948</u>	<u>495.571</u>

- (i) Os saldos referem-se principalmente a créditos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS da Companhia e de sua controlada VCNNE, reconhecidos em fevereiro de 2019 após o trânsito em julgado em ação judicial relativa à tese de exclusão. A redução dos saldos da Controladora e Consolidado reflete a utilização desses créditos para compensação de tributos federais ao longo do exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Partes relacionadas**(a) Práticas contábeis**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas e entidades sobre controle comum), relativos à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(b) Saldos patrimoniais

	Controladora							
	Caixa, aplicações financeiras e derivativos, líquidos		Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Demais ativos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedades controladas, coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico								
Auren Energia S.A.							36.879	36.661
Banco Votorantim S.A. (i)	15	167.543						
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (v)							5.940	
Supermix Concreto S.A.			33.816	22.264				
Votorantim Cement Trading S.L.			6.475	6.646				
Votorantim Cimentos N/NE S.A.			70.893	56.089		33.145	6.600	6.600
Outros			8.454	3.513			2.611	2.612
	<u>15</u>	<u>167.543</u>	<u>119.638</u>	<u>88.512</u>		<u>33.145</u>	<u>52.030</u>	<u>45.873</u>
Circulante	15	167.543	119.638	88.512		33.145		
Não circulante							52.030	45.873
	<u>15</u>	<u>167.543</u>	<u>119.638</u>	<u>88.512</u>		<u>33.145</u>	<u>52.030</u>	<u>45.873</u>

	Controladora							
	Fornecedores		Arrendamentos		Dividendos a pagar (iv)		Demais passivos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedade controladora								
Votorantim S.A.	34.634	7.918	8.841	5.770	557.360	218.911		
Sociedades controladas, coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	51.056	57.813						
Auren Energia S.A.							42.375	49.678
Companhia Brasileira de Alumínio	56	13					401	8.959
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	1.599	1.088						
Motz Transporte Ltda. (ii)	41.613	35.769						
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	1.193	314						
Outros	4.702	3.353					9.452	11.799
	<u>134.853</u>	<u>106.268</u>	<u>8.841</u>	<u>5.770</u>	<u>557.360</u>	<u>218.911</u>	<u>52.228</u>	<u>70.436</u>
Circulante	116.485	106.268	3.515	5.770	557.360	218.911	14.726	12.420
Não circulante	18.368		5.326				37.502	58.016
	<u>134.853</u>	<u>106.268</u>	<u>8.841</u>	<u>5.770</u>	<u>557.360</u>	<u>218.911</u>	<u>52.228</u>	<u>70.436</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	Caixa, aplicações financeiras e derivativos, líquidos		Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Demais ativos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedades coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico								
Auren Energia S.A.							36.878	36.661
Banco Votorantim S.A. (i)	(3.240)	239.678						
Cementos Avellaneda S.A.			2.451	2.641				5.299
Cementos Granadilla			2.182	2.061				
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (v)							5.940	
Midway Group LLC			2.213	6.471				
Supermix Concreto S.A.			44.251	28.189				
VCNA SPE, LLC (iii)							250.372	217.740
Outros			4.518	3.768	1.230		9.086	3.739
	<u>(3.240)</u>	<u>239.678</u>	<u>55.615</u>	<u>43.130</u>	<u>1.230</u>		<u>302.276</u>	<u>263.439</u>
Circulante	(1.251)	242.833	55.615	43.130	1.230			
Não circulante	(1.989)	(3.155)					302.276	263.439
	<u>(3.240)</u>	<u>239.678</u>	<u>55.615</u>	<u>43.130</u>	<u>1.230</u>		<u>302.276</u>	<u>263.439</u>

	Consolidado							
	Fornecedores		Arrendamentos		Dividendos a pagar (iv)		Demais passivos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedade controladora								
Votorantim S.A.	37.655	9.191	8.841	5.770	557.360	218.911		
Sociedades coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	51.056	62.197						
Auren Energia S.A.							42.375	49.678
Cementos Avellaneda S.A.	6.071	5.293						
Cementos Granadilla	1.740	1.818						
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	1.599	1.088						
Midway Group LLC	9.820	5.499						
Société Marocaine SMBRM								8.559
VCNA SPE, LLC (iii)							95.338	114.417
Outros	3.363	2.143					2.531	11.088
	<u>111.304</u>	<u>87.229</u>	<u>8.841</u>	<u>5.770</u>	<u>557.360</u>	<u>218.911</u>	<u>140.244</u>	<u>183.742</u>
Total acionistas não controladores					1.680	2.274		
Circulante	92.936	87.229	3.515	5.770	559.040	221.185	14.726	12.420
Não circulante	18.368		5.326				125.518	171.322
	<u>111.304</u>	<u>87.229</u>	<u>8.841</u>	<u>5.770</u>	<u>559.040</u>	<u>221.185</u>	<u>140.244</u>	<u>183.742</u>

- (i) Refere-se aos saldos em caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, líquidos, firmados com o Banco Votorantim S.A..
- (ii) Os saldos de fornecedores com a Motz Transportes Ltda. (anteriormente denominada MOV C Transportes Ltda.) referem-se a contas a pagar de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral.
- (iii) Os demais ativos e demais passivos com VCNA SPE, LLC são relacionados com a operação de securitização de recebíveis (Nota 10(e)).
- (iv) Conforme Nota 25(c)
- (v) Em outubro de 2023, a VCSA realizou aporte no montante de R\$ 5.940 na *joint venture* Juntos Somos Mais Fidelização S.A. referente a futuro aumento de capital sem que haja a possibilidade de devolução.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado

	Controladora					
	Vendas		Compras		Receitas (despesas) financeiras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedade controladora						
Votorantim S.A. (i)			70.348	57.345		
Sociedades controladas, coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico						
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iv)			565.863	573.301		
Banco Votorantim S.A.					3.455	8.901
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.			30.756	27.186		
Motz Transporte Ltda. (ii)			1.165.283	1.048.931		
St. Marys Cement Inc. (v)					11.985	9.608
Supermix Concreto S.A. (iii)	289.459	349.776				
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	133.040	119.385	13.087	7.961		(349)
Outros	8.879	11.931	28.297	22.462	(7.055)	(954)
	<u>431.378</u>	<u>481.092</u>	<u>1.873.634</u>	<u>1.737.186</u>	<u>8.385</u>	<u>17.206</u>

	Consolidado					
	Vendas		Compras		Receitas (despesas) financeiras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedade controladora						
Votorantim S.A. (i)			88.083	68.284		
Sociedades coligadas, controladas em conjunto ou membros do mesmo grupo econômico						
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iv)	17.315	32.658	790.671	698.257		
Banco Votorantim S.A.					8.124	8.348
Cementos Avellaneda S.A.	19.249		11.346			
Cementos Especiales de las Islas, S.A.	40.849	35.047	1.804	1.026		
Cementos Granadilla	29.120	23.112	2.722	2.275		
Great Lakes Slag Inc.	50.529					
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.			30.756	27.186		
Midway Group LLC	49.181	47.154				
Supermix Concreto S.A. (iii)	372.017	414.596				
VCNA SPE, LLC (vi)					(42.733)	(51.625)
Outros	24.806	23.570	42.757	25.042	(7.181)	245
	<u>603.066</u>	<u>576.137</u>	<u>968.139</u>	<u>822.070</u>	<u>(41.790)</u>	<u>(43.032)</u>

- (i) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.
- (ii) Referem-se a prestações de serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral.
- (iii) Referem-se às operações de vendas de cimento e agregados com a Supermix Concreto S.A.
- (iv) Referem-se às operações de compra de energia da Auren Comercializadora de Energia Ltda
- (v) Refere-se ao valor líquido decorrente dos valores de receita e despesa por garantias prestadas de empréstimos entre as empresas
- (vi) Conforme Nota 13(b)(iii).

(d) Garantias de dívida da Companhia garantida por partes relacionadas

Modalidade	Garantidor	2023	2022
Eurobonds - USD (Voto 41)	VSA (100%) / VCSA (100%)	<u>1.645.802</u>	<u>1.774.464</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Companhia, incluindo o Conselho da Administração (“CA”), Diretoria Estatutária e comitês de assessoramento ao CA, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Remuneração de curto prazo		
Salário ou pró-labore	16.626	12.903
Benefícios de curto prazo aos administradores	3.287	3.089
Benefícios pós-emprego	328	387
Remuneração variável	10.517	10.196
	30.758	26.575
Remuneração de longo prazo		
Incentivos de longo prazo	14.932	19.383
	45.690	45.958

A remuneração de curto prazo inclui: remuneração fixa (salários, pró-labores, férias e 13º salários), benefícios de curto prazo (assistência médica, vale-refeição, seguro de vida, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)), benefício pós-emprego (plano de pensão) e programa de remuneração variável.

A remuneração de longo prazo inclui o plano de incentivos de longo prazo concedidos para a Diretoria Estatutária.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Depósitos judiciais
(a) Práticas contábeis

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em “Provisões” no passivo (Nota 22(b)). Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(b) Composição

	2023			Controladora 2022		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	125.902	116.712	242.614	108.591	113.318	221.909
Cíveis	173	9.309	9.482	1.462	10.213	11.675
Trabalhistas		35.461	35.461		54.703	54.703
Ambientais	1.006	575	1.581	936	560	1.496
	<u>127.081</u>	<u>162.057</u>	<u>289.138</u>	<u>110.989</u>	<u>178.794</u>	<u>289.783</u>

	2023			Consolidado 2022		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	239.050	140.307	379.357	211.951	136.984	348.935
Cíveis	1.066	11.224	12.290	2.299	12.005	14.304
Trabalhistas	502	42.732	43.234	617	67.322	67.939
Ambientais	1.053	575	1.628	966	560	1.526
	<u>241.671</u>	<u>194.838</u>	<u>436.509</u>	<u>215.833</u>	<u>216.871</u>	<u>432.704</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Investimentos
(a) Práticas contábeis

As práticas contábeis para investimentos estão descritas nas Notas 5.5.1 e 5.5.2.

(b) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As principais empresas estão listadas na Nota 5.5.5.

(c) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2023			Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)			Saldo	
				2023	2022	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas e coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.	12.484.389	1.408.454	100,00	1.408.454	271.120	12.484.389	11.981.996
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	2.379.763	565.683	100,00	565.683	328.643	2.379.763	2.197.604
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	126.631	20.778	100,00	20.778	16.615	126.631	100.818
Motz Transportes Ltda.	148.184	57.763	100,00	57.763	46.279	148.184	89.112
Outros investimentos				14.109	9.326	22.733	21.832
Joint venture							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (Nota 13(b)(v))	(11.678)	(39.045)	44,27	(17.284)	(39.717)	(5.170)	10.452
Investimentos avaliados ao custo						5.061	5.061
				<u>2.049.503</u>	<u>632.266</u>	<u>15.161.591</u>	<u>14.406.875</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Informações em 31 de dezembro de 2023			Resultado de equivalência patrimonial			Consolidado
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)			Saldo	
				2023	2022	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.							
Cementos Avellaneda S.A. (ii)	932.578	70.379	49,00	(2.150)	31.374	456.963	727.427
Cementos Especiales de las Islas S.A.	218.654	49.404	50,00	24.702	18.842	109.327	105.307
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A.	440.177	84.572	25,00	21.143	23.661	110.044	94.320
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	15.990	7.255	25,00	1.814	1.777	3.998	3.980
Joint ventures - St. Marys							
Grundy-River Holdings LLC (i)	56.976	2.396	50,00	1.198		28.488	
Hutton Transport Limited	70.920	33.864	25,00	8.466	7.508	17.730	15.799
Midway Group, LLC	73.634	30.078	50,00	15.039	7.477	36.817	39.315
RMC Leasing LLC	38.266	2.300	50,00	1.150	694	19.133	19.360
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (Nota 13(b)(v))	(11.678)	(39.045)	44,27	(17.284)	(39.717)	(5.170)	10.452
Outros investimentos				1.000	484	79.821	70.070
				55.078	52.100	857.151	1.086.030
Ágios por expectativa de rentabilidade futura							
Cementos Avellaneda S.A.						171.074	272.194
Hutton Transport Limited						10.828	11.461
Grundy-River Holdings LLC (i)						2.101	
				55.078	52.100	1.041.154	1.369.685

- (i) Em junho de 2023, a Companhia adquiriu a participação de 50% na Grundy, uma empresa de concreto localizada em Illinois, EUA, mediante o pagamento de USD 5.411 mil (R\$ 26.076) integralmente liquidado em caixa. O investimento foi inicialmente reconhecido a custo e será avaliado de forma subsequente pelo método de equivalência patrimonial.
- (ii) Houve efeito decorrente de taxa de câmbio na remessa dos dividendos recebidos pela VC Latam da sua coligada Avellaneda, no montante de R\$ 36.636 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 26.628), os quais foram assumidos pela controlada VC Latam e contabilizados no resultado, na rubrica de "Equivalência patrimonial". Este custo financeiro deve ser considerado na reconciliação da equivalência patrimonial do resultado desta investida.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Informações sobre as empresas investidas

A Companhia apresenta no quadro abaixo, as informações financeiras das principais coligadas e controladas em conjunto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(i) Contas patrimoniais

	Controladora							
	2023							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	706.606	13.392.615	34.444	1.618.102	(37.714)	502.393	12.484.389
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.732.856	3.635.439	788.291	2.200.241		565.683	2.379.763
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	19.921	122.154	2.384	13.060		20.778	126.631
Motz Transportes Ltda.	100,00	166.289	18.901	36.492	514		57.763	148.184
Joint venture - VCSA								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (Nota 13(b)(v))	44,27	49.331	22.382	70.191	13.200		(38.980)	(11.678)

	Controladora							
	2022							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	14.622	13.705.954	35.889	1.751.226	(48.535)	(776.966)	11.981.996
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.548.570	3.510.870	878.322	1.983.514		233	2.197.604
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	13.258	105.262	2.377	15.325			100.818
Motz Transportes Ltda.	100,00	150.471	7.954	68.724	589			89.112
Joint venture - VCSA								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,44	84.354	31.669	92.465	39			23.519

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2023						
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos Internacional S.A.							
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	386.582	1.270.173	395.914	328.263	70.670	932.578
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	163.264	96.347	32.485	8.472		218.654
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A.	25,00	596.704	550.182	456.822	249.887	84.572	440.177
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25,00	9.899	6.376	285		7.255	15.990
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	25,00	70.870	33.278	16.007	17.221		70.920
Midway Group, LLC.	50,00	55.394	30.480	12.240			73.634
RMC Leasing	50,00	12.471	25.795				38.266
Grundy-River Holdings, LLC	50,00	30.529	35.090	8.550			57.069
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (Nota 13(b)(v))	44,27	49.331	22.382	70.191	13.200	(38.980)	(11.678)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2022						
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos Internacional S.A.							
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	750.783	2.031.916	685.766	612.389	(756)	1.484.544
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	169.854	95.648	45.318	9.570		210.614
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A.	25,00	460.392	525.469	366.141	242.439		377.281
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25,00	9.719	6.471	272			15.918
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	25,00	62.493	43.474	19.024	23.746	(16.481)	63.197
Midway Group, LLC.	50,00	63.218	32.204	16.792		(5.406)	78.630
RMC Leasing	50,00	5.218	33.502			(2.936)	38.720
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,44	84.354	31.669	92.465	39		23.519

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Movimentação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício		14.406.875	12.936.567	1.369.685	1.329.101
Equivalência patrimonial		2.049.503	632.266	55.078	52.100
Dividendos deliberados (i)		(400.715)	(42.144)	(94.541)	(94.755)
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	25(e)	(950.773)	(698.668)	(293.829)	17.150
Hedge dos investimentos líquidos	25(e)	57.282	(135.073)		
Aumento de capital - Votorantim Cimentos International S.A.			1.555.725		
Aumento de capital - Juntos Somos Mais S.A.			13.500		13.500
Aumento de capital - Pinheiro Machado Participações S.A.			3.614		3.614
Custos financeiros assumidos pela VC Latam na conversão de dividendos deliberados em moeda local por investida na Argentina	15(c)(ii)				26.628
Reversão dos dividendos provisionados em 2021			66.214		
Efeito do ajuste contábil adoção do CPC 32 / IAS 12	5.2.1(a)	(3.019)			
Aquisição de participação - Grundy	15(c)(i)			26.076	
Aumento de participação - Grundy	15(c)(i)			2.410	
Efeito reflexo do risco de crédito de dívida avaliada a valor justo registrado nos outros resultados abrangentes da investida		(493)	(2.171)		
Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas			88.395		
Efeito reflexo de outros resultados abrangentes em investidas			23.034		
Outros		2.931	(34.384)	(23.725)	22.347
Saldo no final do exercício		15.161.591	14.406.875	1.041.154	1.369.685

(i) Os dividendos deliberados estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Moeda	Valor em reais	Percentual de participação (%)	Valor atribuído a Companhia
Controladora					
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	383.215	BRL	383.215	100,00	383.215
Pinheiro Machado Participações S.A.	17.500	BRL	17.500	100,00	17.500
					<u>400.715</u>
Consolidado					
Cementos Avellaneda S.A.	9.779.518	ARS	139.945	49,00	68.573
Supermix Concreto S.A.	35.000	BRL	35.000	25,00	8.750
Midway Group, LLC	4.000	USD	24.618	50,00	12.309
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.000	BRL	14.000	25,00	3.500
Hutton Transport Limited	1.139	USD	5.637	25,00	1.409
					<u>94.541</u>

16 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 28).

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.6.2(a).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

	Controladora							
	2023							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	373.770	1.384.671	7.232.254	334.619	53.296	438.468	38.704	9.855.782
Depreciação acumulada	(50.175)	(650.069)	(4.005.018)	(224.898)	(50.210)		(21.809)	(5.002.179)
Saldo líquido	<u>323.595</u>	<u>734.602</u>	<u>3.227.236</u>	<u>109.721</u>	<u>3.086</u>	<u>438.468</u>	<u>16.895</u>	<u>4.853.603</u>
Adições			2.720			830.108		832.828
Baixas	(730)		(8.223)	(476)	(4)			(9.433)
Depreciação	(3.325)	(24.112)	(269.164)	(30.966)	(1.936)		(1.396)	(330.899)
Transferências	6.256	17.221	257.774	8.717	892	(313.439)	22.579	
Saldo no final do exercício	<u>325.796</u>	<u>727.711</u>	<u>3.210.343</u>	<u>86.996</u>	<u>2.038</u>	<u>955.137</u>	<u>38.078</u>	<u>5.346.099</u>
Custo	388.635	1.413.698	7.469.141	333.801	51.201	955.137	40.365	10.651.978
Depreciação acumulada	(62.839)	(685.987)	(4.258.798)	(246.805)	(49.163)		(2.287)	(5.305.879)
Saldo líquido no final do exercício	<u>325.796</u>	<u>727.711</u>	<u>3.210.343</u>	<u>86.996</u>	<u>2.038</u>	<u>955.137</u>	<u>38.078</u>	<u>5.346.099</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
								2022
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	376.259	1.380.915	7.063.503	272.874	58.957	265.317	43.078	9.460.903
Depreciação acumulada	(48.062)	(638.932)	(3.847.923)	(242.699)	(53.913)		(21.701)	(4.853.230)
Saldo líquido	<u>328.197</u>	<u>741.983</u>	<u>3.215.580</u>	<u>30.175</u>	<u>5.044</u>	<u>265.317</u>	<u>21.377</u>	<u>4.607.673</u>
Adições			2.830			588.921		591.751
Baixas	(109)	(552)	(13.215)	(457)	(267)		(806)	(15.406)
Depreciação	(2.773)	(23.821)	(259.749)	(16.153)	(2.198)		(1.743)	(306.437)
(Provisão) reversão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(4.425)	(34)	83		60			(4.316)
Transferências para intangível						(19.662)		(19.662)
Transferências	2.705	17.026	281.707	96.156	447	(396.108)	(1.933)	
Saldo no final do exercício	<u>323.595</u>	<u>734.602</u>	<u>3.227.236</u>	<u>109.721</u>	<u>3.086</u>	<u>438.468</u>	<u>16.895</u>	<u>4.853.603</u>
Custo	373.770	1.384.671	7.232.254	334.619	53.296	438.468	38.704	9.855.782
Depreciação acumulada	(50.175)	(650.069)	(4.005.018)	(224.898)	(50.210)		(21.809)	(5.002.179)
Saldo líquido no final do exercício	<u>323.595</u>	<u>734.602</u>	<u>3.227.236</u>	<u>109.721</u>	<u>3.086</u>	<u>438.468</u>	<u>16.895</u>	<u>4.853.603</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2023								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.546.838	7.496.235	27.105.552	1.825.628	217.581	1.904.690	755.177	87.237	40.938.938
Depreciação acumulada	(72.117)	(3.788.162)	(16.961.075)	(1.213.847)	(184.341)		(535.470)	(61.162)	(22.816.174)
Saldo líquido	<u>1.474.721</u>	<u>3.708.073</u>	<u>10.144.477</u>	<u>611.781</u>	<u>33.240</u>	<u>1.904.690</u>	<u>219.707</u>	<u>26.075</u>	<u>18.122.764</u>
Adições	394	14.983	38.750	1.235	919	2.159.835		2.682	2.218.798
Baixas	(1.426)	(106)	(18.002)	(599)	(643)	(27)			(20.803)
Depreciação	(5.481)	(143.629)	(1.033.375)	(147.823)	(8.890)		(31.624)		(1.370.822)
Variações cambiais	(37.739)	(142.510)	(259.470)	(20.715)	(1.164)	(72.152)	(7.137)		(540.887)
Aquisição de subsidiária (i)	1.292	2.219	2.172	3.772					9.455
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(84)	(58)	(8)						(150)
(Provisão) reversão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(2.695)	47.143	53.407	400	467	(35.116)			63.606
Transferências	5.514	80.907	1.041.044	127.238	3.836	(1.339.049)	80.510		
Saldo no final do exercício	<u>1.434.496</u>	<u>3.567.022</u>	<u>9.968.995</u>	<u>575.289</u>	<u>27.765</u>	<u>2.618.181</u>	<u>261.456</u>	<u>28.757</u>	<u>18.481.961</u>
Custo	1.522.764	7.344.472	27.211.516	1.854.575	209.522	2.618.181	762.430	89.919	41.613.379
Depreciação acumulada	(88.268)	(3.777.450)	(17.242.521)	(1.279.286)	(181.757)		(500.974)	(61.162)	(23.131.418)
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.434.496</u>	<u>3.567.022</u>	<u>9.968.995</u>	<u>575.289</u>	<u>27.765</u>	<u>2.618.181</u>	<u>261.456</u>	<u>28.757</u>	<u>18.481.961</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	16	12		10	4	

- (i) Refere-se à aquisição de negócio de concreto nos EUA pela controlada indireta Superior Materials Holdings, LLC com contraprestação total de R\$ 15.073, sendo R\$ 9.455 dos ativos líquidos adquiridos alocados no imobilizado e R\$ 5.299 no intangível (Nota 17(b)).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2022								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.603.343	6.535.747	25.447.598	1.747.457	260.677	1.273.979	818.752	85.888	37.773.441
Depreciação acumulada	(68.009)	(2.531.839)	(14.904.845)	(1.180.979)	(223.897)		(534.893)	(61.151)	(19.505.613)
Saldo líquido	1.535.334	4.003.908	10.542.753	566.478	36.780	1.273.979	283.859	24.737	18.267.828
Efeito da adoção inicial de economia hiperinflacionária	4.317	35.609	65.270	1.465		3.695			110.356
Adições	1.522	6.467	28.301	813	3.688	1.800.152		2.886	1.843.829
Baixas	(14.098)	(2.854)	(52.340)	(1.369)	(414)	(6)	(1.322)	(1.537)	(73.940)
Depreciação	(4.751)	(153.838)	(996.887)	(130.144)	(11.153)		(35.111)	(11)	(1.331.895)
Variações cambiais	(104.043)	(247.532)	(493.973)	(41.853)	(3.196)	(37.486)	(29.051)		(957.134)
Aquisição de subsidiária	38.682	24.499	242.284		409	35.712			341.586
(Provisão) reversão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(4.425)	(34)	83		60				(4.316)
Transferência para o intangível	(2.446)	5				(71.109)			(73.550)
Transferências	24.629	41.843	808.986	216.391	7.066	(1.100.247)	1.332		
Saldo no final do exercício	1.474.721	3.708.073	10.144.477	611.781	33.240	1.904.690	219.707	26.075	18.122.764
Custo	1.546.838	7.496.235	27.105.552	1.825.628	217.581	1.904.690	755.177	87.237	40.938.938
Depreciação acumulada	(72.117)	(3.788.162)	(16.961.075)	(1.213.847)	(184.341)		(535.470)	(61.162)	(22.816.174)
Saldo líquido no final do exercício	1.474.721	3.708.073	10.144.477	611.781	33.240	1.904.690	219.707	26.075	18.122.764
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	15	12		10	4	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Obras em andamento

A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia e suas subsidiárias que ainda não entraram em operação ao final do exercício, representados principalmente por aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à continuidade da operação das fábricas e minas (*sustaining*), investimentos em projetos de modernização industrial e expansão da capacidade produtiva, como também novas tecnologias relacionadas com metas de descarbonização (meio ambiente e segurança).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos são compostos pelas seguintes categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<i>Sustaining</i>	411.124	176.086	1.024.030	848.335
Modernização industrial	303.626	134.066	955.640	618.962
Meio ambiente e segurança	133.902	78.212	271.289	193.993
Expansão	76.285	37.260	286.048	153.003
Outros	30.200	12.844	81.174	90.397
	<u>955.137</u>	<u>438.468</u>	<u>2.618.181</u>	<u>1.904.690</u>

Os saldos de obras em andamento ao final do exercício são representados principalmente por projetos pulverizados entre as fábricas, minas e regiões de atuação da Companhia, não havendo concentração relevante em projetos específicos.

Os custos de empréstimos capitalizados em obras em andamento totalizaram R\$ 20.526 na controladora (31 de dezembro de 2022 - R\$ 9.717) e R\$ 23.787 no consolidado (31 de dezembro de 2022 - R\$ 23.833). Para as empresas localizadas no Brasil, a taxa de capitalização foi de 9.01% a.a (31 de dezembro de 2022 – 8,96% a.a.).

17 Intangível**(a) Práticas contábeis****(i) Ágio**

Os ágios decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

O ágio de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais. O ágio de coligadas e controladas em conjunto é registrado como "Investimento". A recuperabilidade do ágio é testada anualmente para verificação de perdas por valor recuperável (*impairment*). O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.6.2(a).

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada, as contraprestações pagas para aquisição dos direitos de exploração mineral são capitalizadas. Nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis. Durante a fase de produção, e para acessar novos depósitos, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis; em outras situações esses custos são reconhecidos como parte do estoque.

Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção ou pelo método linear.

(iii) Softwares

Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Uso de bem público

Uso de bem público referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. Os ativos reconhecidos como uso de bem público são designados apenas para uso próprio e não para o uso público ou venda de serviços para terceiros.

O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (ativo de direito de uso de bem público).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). O passivo financeiro aumenta para refletir os juros dos ajustes a valor presente e reduz com os pagamentos realizados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência.

(vi) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* – “ARO”)

A Companhia possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão apresentadas na Nota 22(a)(ii).

O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

(vii) Direitos de emissão de CO2

Algumas subsidiárias estão sujeitas a regulamentação de mecanismos de *cap-and-trade* em relação às emissões de gases de efeito estufa. Os direitos de emissão concedidos gratuitamente são inicialmente mensurados a um valor nominal de zero. Os direitos de emissão adquiridos a título oneroso são contabilizados ao custo e estão sujeitos a redução em caso de perda do valor recuperável.

Uma provisão é reconhecida se as emissões reais de CO2 até a data do relatório não estiverem cobertas por direitos de emissão concedidos gratuitamente. A provisão para tal insuficiência é mensurada pelo valor de mercado na data do balanço e apresentada na rubrica “Outros passivos” do balanço patrimonial consolidado com sua contrapartida em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 28).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

Controladora							
2023							
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO e termos de compromisso	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	1.074.541	75.882	171.991	273.200	52.441	2.577	1.650.632
Amortização e exaustão acumulada	(599.691)		(45.983)	(223.576)		(6)	(869.256)
Saldo líquido	474.850	75.882	126.008	49.624	52.441	2.571	781.376
Adições			627		136.686		137.313
Baixas			(10.143)				(10.143)
Amortização e exaustão	(47.993)		(8.592)	(23.685)			(80.270)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)			(6.601)				(6.601)
Transferências	59.540			33.442	(92.982)		
Saldo no final do exercício	486.397	75.882	101.299	59.381	96.145	2.571	821.675
Custo	1.134.082	75.882	155.659	306.644	96.145	2.577	1.770.989
Amortização e exaustão acumulada	(647.685)		(54.360)	(247.263)		(6)	(949.314)
Saldo líquido no final do exercício	486.397	75.882	101.299	59.381	96.145	2.571	821.675
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	4		3	20			

Controladora							
2022							
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO e termos de compromisso	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	1.014.037	75.882	98.618	265.124		2.987	1.456.648
Amortização e exaustão acumulada	(560.272)		(43.764)	(208.841)		(302)	(813.179)
Saldo líquido	453.765	75.882	54.854	56.283		2.685	643.469
Adições			16.346		109.029		125.375
Baixas	(91)		(1.080)	(2)		(122)	(1.295)
Amortização e exaustão	(39.477)		(3.239)	(22.242)		(4)	(64.962)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)			59.127				59.127
Transferências do ativo imobilizado					19.662		19.662
Transferências	60.653			15.585	(76.250)	12	
Saldo no final do exercício	474.850	75.882	126.008	49.624	52.441	2.571	781.376
Custo	1.074.541	75.882	171.991	273.200	52.441	2.577	1.650.632
Amortização e exaustão acumulada	(599.691)		(45.983)	(223.576)		(6)	(869.256)
Saldo líquido no final do exercício	474.850	75.882	126.008	49.624	52.441	2.571	781.376
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	20			

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2023								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso de bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	4.650.956	4.886.656	256.171	634.871	665.663	566.850	119.676	66.104	11.846.947
Amortização e exaustão acumulada	(1.898.730)		(112.341)	(230.591)	(425.640)	(454.651)		(22.914)	(3.144.867)
Saldo líquido	<u>2.752.226</u>	<u>4.886.656</u>	<u>143.830</u>	<u>404.280</u>	<u>240.023</u>	<u>112.199</u>	<u>119.676</u>	<u>43.190</u>	<u>8.702.080</u>
Adições	41			627		9.751	187.231	116	197.766
Baixas	(241)			(7.919)				(19.868)	(28.028)
Amortização e exaustão	(100.908)		(6.742)	(60.863)	(27.553)	(48.221)		(676)	(244.963)
Variações cambiais	(112.422)	(282.989)		(32.667)	(12.453)	(1.146)	(12.924)	(449)	(455.050)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)				(14.868)					(14.868)
Aquisição de subsidiária		5.299							5.299
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(70.172)			(22.297)					(92.469)
Transferências	81.338			516		52.315	(134.852)	683	
Saldo no final do exercício	<u>2.549.862</u>	<u>4.608.966</u>	<u>137.088</u>	<u>266.809</u>	<u>200.017</u>	<u>124.898</u>	<u>159.131</u>	<u>22.996</u>	<u>8.069.767</u>
Custo	3.998.951	4.608.966	256.171	546.000	622.090	613.345	159.131	45.750	10.850.404
Amortização e exaustão acumulada	(1.449.089)		(119.083)	(279.191)	(422.073)	(488.447)		(22.754)	(2.780.637)
Saldo líquido no final do exercício	<u>2.549.862</u>	<u>4.608.966</u>	<u>137.088</u>	<u>266.809</u>	<u>200.017</u>	<u>124.898</u>	<u>159.131</u>	<u>22.996</u>	<u>8.069.767</u>
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	5		3	6	7	21		20	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2022								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso de bem público e repectuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	4.313.987	5.349.707	256.171	604.228	713.699	517.491		257.499	12.012.782
Amortização e exaustão acumulada	(1.381.812)		(105.599)	(230.700)	(407.249)	(414.808)		(22.504)	(2.562.672)
Saldo líquido	2.932.175	5.349.707	150.572	373.528	306.450	102.683		234.995	9.450.110
Efeito da adoção inicial de economia hiperinflacionária	239					319			558
Adições				31.410		9.086	176.122	548	217.166
Baixas	(11.726)	(4.418)		(2.050)	(464)	(2)		(176.701)	(195.361)
Amortização e exaustão	(93.276)		(6.742)	(30.692)	(42.479)	(47.545)		(604)	(221.338)
Variações cambiais	(168.073)	(458.633)		(48.456)	(19.867)	(5.530)	1.686	(35.366)	(734.239)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)				54.450					54.450
Aquisição de subsidiária	25.607			12.428		27		19.122	57.184
Transferências do ativo imobilizado				2.441			70.746	363	73.550
Transferências	67.280			11.221	(3.617)	53.161	(128.878)	833	
Saldo no final do exercício	2.752.226	4.886.656	143.830	404.280	240.023	112.199	119.676	43.190	8.702.080
Custo	4.650.956	4.886.656	256.171	634.871	665.663	566.850	119.676	66.104	11.846.947
Amortização e exaustão acumulada	(1.898.730)		(112.341)	(230.591)	(425.640)	(454.651)		(22.914)	(3.144.867)
Saldo líquido no final do exercício	2.752.226	4.886.656	143.830	404.280	240.023	112.199	119.676	43.190	8.702.080
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	5		3	6	7	21		20	

- (i) As adições em "Intangível em andamento" referem-se, principalmente, a remoção de estéril para abertura de novas frentes em minas operantes e projetos de *software*.
- (ii) O efeito da revisão da provisão por mudança de estimativa do ARO (*Asset retirement Obligation*) refere-se, principalmente, a atualização dos planos de fechamento, revisão da vida útil das minas e atualização das taxas de inflação do fluxo de desembolso futuro e das taxas de desconto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ágios por expectativa de rentabilidade futura

No quadro abaixo, estão demonstrados os ágios registrados na rubrica de “Intangível” conforme estes são alocados para fins de testes de *impairment* às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) e por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
América do Norte (i)			2.802.572	3.012.296
Europa, Ásia e África			1.653.547	1.720.843
América Latina (ii)			12.780	13.450
Brasil	75.882	75.882	140.067	140.067
	<u>75.882</u>	<u>75.882</u>	<u>4.608.966</u>	<u>4.886.656</u>

- (i) Na América do Norte também é alocado ágio registrado como parte do valor contábil do investimento na coligada Hutton Transport Limited no montante de R\$ 10.828 (R\$ 11.461 em 2022) (Nota 15(c)).
- (ii) Na América Latina também é alocado o ágio das operações na Argentina, o qual é registrado como parte do valor contábil do investimento na coligada Cimentos Avellaneda S.A. no montante de R\$ 171.074 (R\$ 272.194 em 2022) (Nota 15(c)).

18 Direito de uso em arrendamento
(a) Práticas contábeis

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear no resultado ao longo do período do contrato. O montante dessas despesas reconhecido no resultado foi apresentado na Nota 27.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora			
	2023			
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	135.551	69.946	6.653	212.150
Amortização acumulada	(92.049)	(61.219)	(5.931)	(159.199)
Saldo líquido	<u>43.502</u>	<u>8.727</u>	<u>722</u>	<u>52.951</u>
Adições	16.142	59.869	2.282	78.293
Amortização	(13.933)	(19.015)	(1.110)	(34.058)
Saldo no final do exercício	<u>45.711</u>	<u>49.581</u>	<u>1.894</u>	<u>97.186</u>
Custo	151.694	129.815	8.935	290.444
Amortização acumulada	(105.983)	(80.234)	(7.041)	(193.258)
Saldo líquido no final do exercício	<u>45.711</u>	<u>49.581</u>	<u>1.894</u>	<u>97.186</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18	26	33	

	Controladora			
	2022			
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	117.037	69.945	6.654	193.636
Amortização acumulada	(71.497)	(44.505)	(4.491)	(120.493)
Saldo líquido	<u>45.540</u>	<u>25.440</u>	<u>2.163</u>	<u>73.143</u>
Adições	18.516			18.516
Amortização	(20.554)	(16.713)	(1.441)	(38.708)
Saldo no final do exercício	<u>43.502</u>	<u>8.727</u>	<u>722</u>	<u>52.951</u>
Custo	135.551	69.946	6.653	212.150
Amortização acumulada	(92.049)	(61.219)	(5.931)	(159.199)
Saldo líquido no final do exercício	<u>43.502</u>	<u>8.727</u>	<u>722</u>	<u>52.951</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18	25	33	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2023						
	Terras e terrenos	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Embarcações	Equipamentos de informática	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	566.290	180.986	282.896	225.672	838.209	1.163	2.095.216
Amortização acumulada	(90.616)	(120.434)	(212.394)	(166.036)	(378.729)	(284)	(968.493)
Saldo líquido	<u>475.674</u>	<u>60.552</u>	<u>70.502</u>	<u>59.636</u>	<u>459.480</u>	<u>879</u>	<u>1.126.723</u>
Remensuração de principal		(1.467)					(1.467)
Adições	9.034	21.686	106.787	15.961	12.498		165.966
Baixas	(1.302)	(147)	(952)	(137)			(2.538)
Amortização	(29.190)	(19.310)	(71.715)	(24.674)	(107.664)	(276)	(252.829)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	(27.238)	(556)	(5.517)	(3.793)	(25.308)	(65)	(62.477)
Saldo no final do exercício	<u>426.978</u>	<u>60.758</u>	<u>99.105</u>	<u>46.993</u>	<u>339.006</u>	<u>538</u>	<u>973.378</u>
Custo	533.660	198.674	371.393	221.572	794.415	1.120	2.120.834
Amortização acumulada	(106.682)	(137.916)	(272.288)	(174.579)	(455.409)	(582)	(1.147.456)
Saldo líquido no final do exercício	<u>426.978</u>	<u>60.758</u>	<u>99.105</u>	<u>46.993</u>	<u>339.006</u>	<u>538</u>	<u>973.378</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	15	18	29	29	9	33	

	Consolidado						
	2022						
	Terras e terrenos	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Embarcações	Equipamentos de informática	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	570.192	163.003	265.918	231.006	855.566	1.097	2.086.782
Amortização acumulada	(68.088)	(93.498)	(156.558)	(150.858)	(265.893)	(295)	(735.190)
Saldo líquido	<u>502.104</u>	<u>69.505</u>	<u>109.360</u>	<u>80.148</u>	<u>589.673</u>	<u>802</u>	<u>1.351.592</u>
Efeito da adoção inicial de economia hiperinflacionária	440	240	378	617			1.675
Adições	30.439	20.335	39.302	10.780	77.191	385	178.432
Aquisição de subsidiárias	4.814		4.496	591			9.901
Baixas				(106)			(106)
Amortização	(27.549)	(27.468)	(77.753)	(31.902)	(128.716)	(234)	(293.622)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	(34.574)	(2.060)	(5.281)	(492)	(78.668)	(74)	(121.149)
Saldo no final do exercício	<u>475.674</u>	<u>60.552</u>	<u>70.502</u>	<u>59.636</u>	<u>459.480</u>	<u>879</u>	<u>1.126.723</u>
Custo	566.290	180.986	282.896	225.672	838.209	1.163	2.095.216
Amortização acumulada	(90.616)	(120.434)	(212.394)	(166.036)	(378.729)	(284)	(968.493)
Saldo líquido no final do exercício	<u>475.674</u>	<u>60.552</u>	<u>70.502</u>	<u>59.636</u>	<u>459.480</u>	<u>879</u>	<u>1.126.723</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	10	12	25	25	9	26	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	52.718	74.638	1.200.684	1.367.885
Remensuração de principal			1.467	
Adições	78.293	18.516	165.966	178.432
Aquisição de subsidiárias				10.432
Baixas			(2.538)	(96)
Liquidações	(41.792)	(44.294)	(320.897)	(286.646)
Ajuste a valor presente	6.784	3.858	47.076	47.553
Variações cambiais			(79.834)	(116.876)
Saldo no final do exercício	96.003	52.718	1.011.924	1.200.684
Circulante	25.641	22.732	144.013	165.883
Não circulante	70.362	29.986	867.911	1.034.801
	96.003	52.718	1.011.924	1.200.684

(d) Prazo e taxa média de desconto

Prazos	Consolidado
2 anos	3,19%
4 anos	13,04%
6 anos	11,11%
8 anos	3,10%
Acima 8 anos	3,86%

(e) Outras divulgações

Para atender à orientação da CVM, prevista no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta os impactos na mensuração do passivo de arrendamento, direito de uso em arrendamento, despesa financeira e despesa com amortização, considerando os fluxos estimados de pagamentos corrigidos pela inflação média de 4,0% para Controladora e subsidiárias no Brasil e 2,3% para subsidiárias sediadas fora do Brasil.

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo de arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	293.329	286.646
Fluxo com projeção inflação	301.047	294.172
Variação	2,63%	2,63%
Direito de uso em arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	973.378	1.126.723
Fluxo com projeção inflação	997.784	1.153.658
Variação	2,51%	2,39%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS16/CPC 06	47.075	47.553
Fluxo com projeção inflação	48.298	48.727
Variação	2,60%	2,47%
Despesa de amortização		
Contábil - IFRS16/CPC 06	252.827	293.623
Fluxo com projeção inflação	259.368	301.191
Variação	2,59%	2,58%

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Práticas contábeis

(i) Mensuração ao custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

(ii) Mensuração ao valor justo por meio do resultado

Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962, que regulamenta o capital estrangeiro no Brasil, possuem instrumentos financeiros derivativos contratados que visam a proteção cambial (troca da exposição em Dólar para Reais) e proteção das taxas de juros, envolvendo troca dos fluxos pré-fixados para taxas flutuantes em CDI. A Companhia possui também uma operação com troca de taxa flutuante LIBOR para CDI, além da proteção do fluxo cambial, cujo *benchmark* foi alterado devido a reforma da IBOR, veja mais detalhes na Nota 19(b).

Os empréstimos relativos ao *International Finance Corporation* (IFC) no montante total de USD 150 milhões, equivalente a R\$ 747 milhões, com prazo total de 10 anos, possuem instrumentos financeiros de derivativo (*cross-currency swaps*), visando tanto a troca de exposição à taxa flutuante em dólar para taxa flutuante CDI como troca de moeda dólar para real. Este *swap* foi contratado com outra instituição financeira, resultando em taxa flutuante CDI + *spread*.

Os termos e as condições desses empréstimos e derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida flutuante em CDI e em Reais. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado e derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado do exercício. Para eliminar este descasamento contábil, a Companhia optou por designar a valor justo as contratações feitas até 2020 (*fair value option*), sendo o efeito destas designações a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado.

O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício.

Para evitar oscilações no resultado em virtude das volatilidades pontuais do mercado e, conseqüentemente, do risco de crédito implícito, as contratações feitas a partir de 2021, não foram designadas como *fair value hedge* e, portanto os empréstimos são mensurados ao custo amortizado para mitigar oscilações pontuais no resultado, enquanto os *swaps* correspondentes por serem derivativos são mensurados ao valor justo contra resultado Nota 6.4.3(b).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Método de cálculo

Para as dívidas contratadas em taxa flutuante, o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa de juros de mercado da moeda em que a dívida é denominada, além de adicionar o “*spread*” definido em contrato. A exceção é um contrato pré-fixado, no qual o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa fixa definida no momento da contratação.

O valor presente da dívida denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva do cupom cambial (a remuneração, em dólares estadunidense, dos reais investidos no Brasil), considerando o risco de crédito da Companhia com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Em função do prazo e materialidade dessas dívidas, variações na taxa de mercado em que essas dívidas são denominadas e na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.

O valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva dos *swaps* atrelados à essa dívida também é estimado pela taxa de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. Assim como na dívida, o valor presente da ponta denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva de cupom cambial e, no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI divulgada pela B3, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte, a depender do ajuste estimado.

(iv) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demande um período substancial (usualmente 12 meses) para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos de empréstimos consistem nos juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo dos fundos. Demais custos de empréstimos, incluindo mudança de taxas, são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Controladora							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional									
Debêntures	CDI + 1,54%	49.882	71.537	2.442.069	2.308.519	2.491.951	2.380.056	2.642.150	2.493.928
Debêntures CRI	IPCA + 4,85% / 11,51% Pré BRL	3.465	3.928	1.259.537	718.114	1.263.002	722.042	1.173.507	610.253
FINAME	3,91% Pré BRL	55	1.897		55	55	1.952	55	1.887
		<u>53.402</u>	<u>77.362</u>	<u>3.701.606</u>	<u>3.026.688</u>	<u>3.755.008</u>	<u>3.104.050</u>	<u>3.815.712</u>	<u>3.106.068</u>
Moeda estrangeira									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	SOFR (iii) + 1,87% / 3,09% Pré USD	5.114	5.318	1.336.475	1.678.062	1.341.589	1.683.380	1.311.823	1.648.127
Agência de fomento e/ou multilaterais	SOFR + 1,40%	17.380		716.331		733.711		733.711	
		<u>75.896</u>	<u>82.680</u>	<u>5.754.412</u>	<u>4.704.750</u>	<u>5.830.308</u>	<u>4.787.430</u>	<u>5.861.246</u>	<u>4.754.195</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos		82.352	85.237						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		(6.456)	(2.557)						
		<u>75.896</u>	<u>82.680</u>						

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos anuais médios	Consolidado							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional									
Debêntures	CDI + 1,54%	49.883	71.537	2.442.069	2.308.519	2.491.952	2.380.056	2.642.150	2.493.928
Debêntures CRI	IPCA + 4,85% / 11,51 Pré BRL	5.224	5.928	1.908.249	1.087.913	1.913.473	1.093.841	1.777.874	924.462
BNB	IPCA + 1,54%	10.977	11.065	57.880	68.729	68.857	79.794	70.151	82.672
FINAME	5,79% Pré BRL	643	3.188		640	643	3.828	636	3.673
Outros		6.803	6.376	20.932	10.502	27.735	16.878	27.735	16.836
		73.530	98.094	4.429.130	3.476.303	4.502.660	3.574.397	4.518.546	3.521.571
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,35% Pré USD	79.053	86.377	3.915.854	4.326.517	3.994.907	4.412.894	4.317.254	4.574.089
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	SOFR (iii) + 1,87%/3,14% Pré USD	6.327	6.599	1.568.997	1.926.080	1.575.324	1.932.679	1.545.558	1.897.426
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	1,20% CDOR / 3,95% Pré BOB / 10,74% Pré UYU								
	EURIBOR + 1,61%								
	1,62% Pré EUR	59.548	51.577	910.508	784.443	970.056	836.020	976.326	755.692
Título de dívida - BOB	5,40% Pré BOB	33.479	14.149	332.233	393.219	365.712	407.368	325.873	320.712
Agência de fomento e/ou multilaterais	SOFR + 1,40%	17.380		716.331		733.711		733.711	
Outros		2.666	5.552	2.323	4.677	4.989	10.229	4.990	10.210
		198.453	164.254	7.446.246	7.434.936	7.644.699	7.599.190	7.903.712	7.558.129
		271.983	262.348	11.875.376	10.911.239	12.147.359	11.173.587	12.422.258	11.079.700
Juros sobre empréstimos e financiamentos		186.155	198.489						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		85.828	63.859						
		271.983	262.348						

CDI	– Certificado de Depósito Interbancário
IPCA	– Índice de Preços ao Consumidor Amplo
FINAME	– Fundo de Financiamentos para Aquisição de Máq. e Equip. Industriais
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil S.A.
SOFR	– <i>Secured Overnight Financing Rate</i>
EURIBOR	– <i>Euro Interbank Offered Rate</i>
BRL	– Reais.

BOB	– Boliviano.
EUR	– Euro.
USD	– Dólar estadunidense.
TRY	– Lira turca.
CAD	– Dólar canadense.
CDOR	– <i>Canadian Dollar Offered Rate</i> .
UYU	– Peso Uruguaio.

- (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em SOFR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. A política para contabilização desses instrumentos está apresentada na Nota 19(a).
- (ii) O valor justo dos títulos é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de cada obrigação.
- (iii) *Benchmark* alterado para SOFR durante o exercício de 2023 (Nota 19(h)).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perfil de vencimentos

Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na Nota 19(b), considerando que não estão contemplados os custos de captação, ajuste de valor justo e ajustes de risco de crédito.

									Controladora
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Moeda nacional									
Debêntures	51.939		450.000		500.000	1.000.000	500.000		2.501.939
Debêntures CRI	6.975			149.038	149.038	149.038		842.573	1.296.662
FINAME	55								55
	<u>58.969</u>		<u>450.000</u>	<u>149.038</u>	<u>649.038</u>	<u>1.149.038</u>	<u>500.000</u>	<u>842.573</u>	<u>3.798.656</u>
% amortizado por ano	1,56%	0,00%	11,85%	3,92%	17,09%	30,24%	13,16%	22,18%	100,00%
Moeda estrangeira									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	5.639		484.130	77.461	793.973				1.361.203
Agência de fomento e/ou multilaterais	18.467		48.413	96.826	96.826	96.826	96.826	290.478	744.662
	<u>24.106</u>		<u>532.543</u>	<u>174.287</u>	<u>890.799</u>	<u>96.826</u>	<u>96.826</u>	<u>290.478</u>	<u>2.105.865</u>
% amortizado por ano	1,14%	0,00%	25,29%	8,28%	42,30%	4,60%	4,60%	13,79%	100,00%
	<u>83.075</u>		<u>982.543</u>	<u>323.325</u>	<u>1.539.837</u>	<u>1.245.864</u>	<u>596.826</u>	<u>1.133.051</u>	<u>5.904.521</u>
% amortizado por ano	1,42%	0,00%	16,64%	5,48%	26,07%	21,10%	10,11%	19,19%	100,00%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Consolidado Total
Moeda nacional									
Debêntures	51.939		450.000		500.000	1.000.000	500.000		2.501.939
Debêntures CRI	10.568			225.815	225.815	225.815		1.276.626	1.964.639
FINAME	643								643
BNB	10.980	10.852	10.862	10.848	10.840	10.869	3.628		68.879
Outros	6.803	10.502	10.431						27.736
	<u>80.933</u>	<u>21.354</u>	<u>471.293</u>	<u>236.663</u>	<u>736.655</u>	<u>1.236.684</u>	<u>503.628</u>	<u>1.276.626</u>	<u>4.563.836</u>
% amortizado por ano	1,77%	0,47%	10,33%	5,19%	16,14%	27,10%	11,04%	27,97%	100,00%
Moeda estrangeira									
<i>Eurobonds</i> - USD	86.467			2.314.683				1.618.103	4.019.253
Título de dívida - BOB	33.479	51.456	59.111	103.444	59.111	59.111			365.712
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	7.114		484.130	77.461	1.036.038				1.604.743
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	62.208	58.116	299.045	477.964	13.253	13.253	13.253	46.005	983.097
Agência de fomento e/ou multilaterais	18.467		48.413	96.826	96.826	96.826	96.826	290.478	744.662
Outros	2.667	2.322							4.989
	<u>210.402</u>	<u>111.894</u>	<u>890.699</u>	<u>3.070.378</u>	<u>1.205.228</u>	<u>169.190</u>	<u>110.079</u>	<u>1.954.586</u>	<u>7.722.456</u>
% amortizado por ano	2,72%	1,45%	11,53%	39,76%	15,61%	2,19%	1,43%	25,31%	100,00%
	<u>291.335</u>	<u>133.248</u>	<u>1.361.992</u>	<u>3.307.041</u>	<u>1.941.883</u>	<u>1.405.874</u>	<u>613.707</u>	<u>3.231.212</u>	<u>12.286.292</u>
% amortizado por ano	<u>2,37%</u>	<u>1,08%</u>	<u>11,09%</u>	<u>26,92%</u>	<u>15,81%</u>	<u>11,44%</u>	<u>5,00%</u>	<u>26,30%</u>	<u>100,00%</u>

(i) Conforme item (i) na letra (b) acima.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício		4.787.430	3.413.025	11.173.587	12.394.635
Captações		1.770.744	1.435.504	2.732.730	3.424.047
Aquisição de subsidiárias					7.292
Variações cambiais		(144.680)	(108.568)	(584.242)	(868.380)
Correção monetária		35.402	42.478	53.638	64.361
Provisão de juros		439.251	336.333	818.465	743.120
Juros pagos		(441.484)	(286.619)	(821.285)	(713.718)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		(26.438)	(1.412)	(28.370)	7.381
Ajuste a valor justo	29(b)	15.777	(42.252)	17.737	(58.857)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		7.409	6.150	9.687	7.868
Liquidações		(612.284)	(6.845)	(1.225.609)	(3.840.588)
(Ganho) perda na renegociação de dívidas, líquido das amortizações	29(b)	(819)	(364)	1.021	6.426
Saldo no final do exercício		<u>5.830.308</u>	<u>4.787.430</u>	<u>12.147.359</u>	<u>11.173.587</u>

As principais captações e amortizações executadas no exercício de 2023 foram as seguintes:

(i) Financiamento pela International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia obteve financiamento através da IFC no montante de USD 150 milhões (R\$ 747 milhões), com prazo total de 10 anos, para o projeto de modernização da fábrica de cimento situada em Salto de Pirapora (SP) (Nota 3.1).

(ii) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) pela VCSA e pela sua controlada Votorantim Cimentos N/NE S.A. (“VCNNE”)

Em dezembro de 2023, a VCSA e sua controlada VCNNE emitiram seu terceiro Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) no mercado de capitais brasileiro no montante de R\$ 793.280.

- VCSA: R\$ 112.453 com vencimento em 13 de dezembro de 2033, com remuneração de 11,5148% a.a. e atualização monetária não prevista + R\$ 411.111 com vencimento em 13 de dezembro de 2035, com remuneração de IPCA + 6,3% a.a. e atualização monetária prevista pela variação acumulada do IPCA.
- VCNNE: R\$ 57.931 com vencimento em 13 de dezembro de 2033, com remuneração de 11,5148% a.a. e atualização monetária não prevista + R\$ 211.785 com vencimento em 13 de dezembro de 2035, com remuneração de IPCA + 6,3% a.a. e atualização monetária prevista pela variação acumulada do IPCA.

Os recursos provenientes da emissão das debêntures serão destinados ao pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos, diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos imóveis da VCSA e da VCNNE e ao reembolso dos aluguéis pagos pela Companhia e pela VCNNE, no âmbito dos contratos de locação de determinados imóveis.

(iii) Décima sexta emissão de debêntures pela VCSA

Em dezembro de 2023, a VCSA emitiu sua 16ª emissão pública de debêntures, sob rito de registro automático de distribuição, no montante de R\$ 500.000.

(iv) Amortização antecipada de debêntures pela VCSA

Em dezembro de 2023, a VCSA liquidou antecipadamente o saldo remanescente de R\$ 366.890 da 6ª e 8ª emissão de debêntures com vencimento original em 2025. Os recursos utilizados foram provenientes da 16ª emissão de debêntures.

(v) Recompra de *bonds* Voto 27 pela VCI

Ao longo de 2023, a controlada Votorantim Cimentos International S.A. (“VCI”) recomprou no mercado secundário o saldo de USD 21.468 mil (R\$ 106.343) de principal referente aos *bond* da controladora St. Marys com vencimento em 2027. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo remanescente de principal dos *bonds* com vencimento em 2027 era de aproximadamente USD 478.532 mil (R\$ 2.316.717).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Amortização antecipada de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 pela Companhia

Em dezembro de 2023, a VCSA liquidou antecipadamente o empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 com vencimento original em 2025 no montante de US\$ 50.000 mil (R\$ 247.678). Os recursos utilizados foram provenientes em parte do caixa e da 16ª emissão de debêntures. Consequentemente, o *swap* associado a este empréstimo também foi liquidado.

(e) Composição por moeda

	Circulante		Não Circulante		Controladora	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Real	53.402	77.362	3.701.606	3.026.688	3.755.008
Dólar estadunidense	22.494	5.318	2.052.806	1.678.062	2.075.300	1.683.380
	75.896	82.680	5.754.412	4.704.750	5.830.308	4.787.430

	Circulante		Não Circulante		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Dólar estadunidense	102.759	92.975	6.201.182	6.252.598	6.303.941
Real	73.530	98.094	4.429.130	3.476.303	4.502.660	3.574.397
Euro	5.608	2.756	563.799	585.298	569.407	588.054
Boliviano	47.227	28.436	451.831	536.270	499.058	564.706
Dólar canadense	3.240	5.552	166.484	4.677	169.724	10.229
Pesos uruguaios	39.619	28.685	62.950	56.093	102.569	84.778
Liras turcas		5.850				5.850
	271.983	262.348	11.875.376	10.911.239	12.147.359	11.173.587

(f) Utilização das linhas de crédito disponíveis

Linha de crédito	Empresas	Data de contratação	Vencimento	USD milhares		
				Montante contratado	Montante utilizado	Saldo disponível
Global Revolving Credit Facility	VCSA/VCI/VCEAA/St. Marys	set/21	set/26	250.000		250.000
Committed Credit Facility	VCI/VCEAA/St. Marys	jun/22	jun/27	300.000	(33.273)	266.727
				550.000	(33.273)	516.727

O montante utilizado em dólares americanos considera a conversão pela taxa de câmbio nas datas de saque para os valores sacados em dólares canadenses e, consequentemente, refletido no saldo disponível da *Committed Credit Facility*.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a subsidiária St. Marys retirou CAD 27.500 mil (R\$ 100.792) e USD 105.000 mil (R\$ 516.506) adicionais do saldo de crédito disponível apresentado acima.

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.645.802 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 1.774.464) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas (Nota 13(b)), enquanto R\$ 1.117.673 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 268.516) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca.

(h) Reforma da LIBOR e outras *Interbank Offered Rates* (“IBOR”)

Certos empréstimos e financiamentos da Companhia foram impactados pela reforma da LIBOR, sendo que para essas transações (i) os termos contratuais iniciais foram alterados por meio aditivos para determinar a substituição do *benchmark*, ou (ii) os contratos originais já possuíam previsões de transição a um novo *benchmark*, em ambos os casos aplicáveis a partir de descontinuidade da LIBOR durante o exercício de 2023. A Companhia determinou que o critério para aplicação do expediente prático descrito nas alterações ao IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros foi atingido nestes contratos impactados, com isso a substituição do indexador em 2023 não gerou ganho ou uma perda no resultado do exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Risco sacado a pagar

A Companhia e suas controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor.

A Companhia, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebe de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis. Quando notificada, a Companhia efetua o pagamento das duplicatas diretamente às instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos convênios de risco sacado, não são destacados nessa classificação e considerados normalmente na linha de contas a pagar a fornecedores.

Com base nos requerimentos do IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

A Companhia entende que a apresentação do valor devido como Risco sacado a pagar é relevante para o entendimento da sua posição patrimonial.

Os montantes de contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas abaixo:

Operações de risco sacado	Prazo máximo	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fornecedor - mercado interno	Até 180 dias	205.190	251.701	293.910	403.564
Fornecedor - mercado externo	Até 180 dias			957.795	1.058.994
Fornecedor - mercado externo	Até 360 dias			308.075	418.203
		<u>205.190</u>	<u>251.701</u>	<u>1.559.780</u>	<u>1.880.761</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos
(a) Práticas contábeis

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições sobre o lucro correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente (Nota 5.6.3).

(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.714.739	1.349.921	2.998.200	1.679.436
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(923.011)	(458.973)	(1.019.388)	(571.008)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	696.831	214.970	18.726	17.714
Doações e subvenções para investimentos	25.513	21.234	88.516	74.412
Incentivo fiscal	10.105	15.383	69.600	50.589
Impacto na tributação de empresas no exterior - diferencial de alíquota e outras			43.512	41.354
Crédito (reversão) referente a não incidência de IR e CS sobre SELIC de indêbitos (i)	(62.026)	34.196	(63.155)	7.689
Baixa de imposto de renda pago o exterior (ii)		(173.880)		(173.880)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido			(38.022)	(138.234)
Reconhecimento de imposto diferido ativo por mudança na legislação na Turquia - Hiperinflação (iv)			292.714	
Amortização fiscal de ágio sem constituição de diferido de anos anteriores em ágio por expectativa de rentabilidade futura			9.474	9.540
Adição de lucros no exterior IN 1.520/2014	(29.073)	(26.108)	(29.073)	(26.108)
Constituição de prejuízo fiscal de exercícios anteriores (iii)			363.074	192.423
Despesa com imposto mínimo e imposto estadual			(79.447)	(55.865)
Despesa de IRRF			(48.545)	(2.227)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	622	22.544	11.694	39.619
IRPJ e CSLL apurados	(281.039)	(350.634)	(380.320)	(533.982)
Correntes	(68.258)	(212.939)	(418.931)	(450.456)
Diferidos	(212.781)	(137.695)	38.611	(83.526)
IRPJ e CSLL no resultado	(281.039)	(350.634)	(380.320)	(533.982)
Taxa efetiva - %	10,35	25,97	12,68	31,80

- (i) Durante o período de 2023, como resultado de decisão desfavorável julgado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) publicada em 08 de maio de 2023 sobre a não tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social ("IR/CS") da correção monetária de depósitos judiciais pela taxa SELIC, a Companhia reverteu créditos fiscais no montante de R\$ 62.026 na Controladora, os quais foram contabilizados na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social" do período. No balanço patrimonial, os montantes foram revertidos em R\$ 11.010 na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social a recuperar" e em R\$ 51.016 na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Na controladora direta Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("VCNNE")

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- tivemos o trânsito em julgado favorável em 25 de outubro de 2023 para não tributação da SELIC sobre restituição ou compensação, sobre depósitos levantados e sobre juros e multa decorrentes de inadimplemento contratual. Esses créditos estão reconhecidos com base nas normas CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" e a Interpretação Técnica ICPC 22 / IFRIC 23 "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro".
- (ii) A Companhia reverteu créditos acumulados do exterior no montante de R\$ 173.880 registrados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar" (não circulante), em decorrência da recuperação do imposto de renda pago em anos anteriores pela sua controlada St. Marys. O montante foi recebido diretamente na conta bancária da controlada.
- (iii) Durante o período de 2023, a controlada St. Marys e Votorantim Cement EAA Inversiones S.L. reavaliou seu estudo de lucro tributável projetado, o qual é efetuado anualmente e suporta o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e créditos fiscais, e como resultado dessa reavaliação reconheceu o montante adicional de R\$ 363.074 (2022 R\$ 192.423).
- (iv) As subsidiárias localizadas na Turquia, cuja economia é hiperinflacionária, reconheceram um imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2023, resultante da diferença temporária entre a base patrimonial contábil e fiscal. A legislação fiscal para a aplicação da hiperinflação foi publicada em dezembro de 2023, sendo que antes dessa mudança na legislação a diferença temporária resultava num imposto diferido passivo.

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	21(b)	343.518	498.537	1.179.126	1.347.713
Créditos tributários sobre diferenças temporárias					
Provisões judiciais		153.234	170.979	219.515	237.680
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio		80.561	89.759	90.201	99.199
Provisão para encargos de energia		72.932	69.889	74.003	70.926
Uso de bem público				63.839	68.102
Provisão para perdas de estoques		16.911	11.901	57.713	57.280
Obrigações com descomissionamento de ativos		28.453	26.824	37.389	49.091
Provisões de obrigações previdenciárias				34.484	37.691
Deduções – Legislação em Marrocos e Espanha (benefício do governo)				12.786	34.948
Impairment de ativos		18.232	27.191	18.572	27.531
Ajuste a valor de mercado e hiperinflação	21(b)			196.101	22.010
Instrumento financeiro - Compromisso firme				28.346	42.681
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado			10.037		14.790
Diferimento de perdas em contratos de derivativos		59.276	44.259	57.387	52.419
Provisão de CO2					5.969
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		6.509	5.177	15.323	11.400
Benefícios sociais				31.474	3.160
Crédito fiscal de investimento (ITC)				176.921	82.680
Imposto mínimo de Ontário				38.247	35.903
Outros créditos		26.781	25.003	103.700	87.904
Débitos tributários sobre diferenças temporárias					
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)		(756.271)	(735.937)	(2.207.059)	(2.146.793)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado		(7.727)	(8.827)	(282.132)	(381.140)
Amortização fiscal de ágio		(288.912)	(288.912)	(302.254)	(297.927)
Juros capitalizados		(26.221)	(25.098)	(45.888)	(46.856)
Repactuação do risco hidrológico				(17.258)	(18.107)
Ajuste a valor presente		(3.990)	(5.536)	(8.453)	(10.407)
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado		(36.733)		(38.347)	
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962		(5.119)	(10.206)	(7.353)	(12.811)
Outros débitos		(1.624)	(2.113)	(5.549)	(7.432)
Líquido		<u>(320.190)</u>	<u>(97.073)</u>	<u>(479.166)</u>	<u>(532.396)</u>
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica				802.040	435.884
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica		<u>(320.190)</u>	<u>(97.073)</u>	<u>(1.281.206)</u>	<u>(968.280)</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício		(97.073)	37.100	(532.396)	(452.904)
Efeito no resultado		(212.781)	(137.695)	38.611	(83.526)
Efeito da adoção inicial de economia hiperinflacionária					(23.146)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - <i>hedge accounting</i>	25(e)				11.164
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(e)	812	3.522	896	4.640
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente				27.233	19.777
Aquisição de subsidiária					(15.328)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	25(e)			7.079	6.857
Realização do prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1/2023 - (i)		(11.148)		(14.592)	
Outros				(5.997)	70
Saldo no final do exercício		<u>(320.190)</u>	<u>(97.073)</u>	<u>(479.166)</u>	<u>(532.396)</u>

- (i) A Companhia e controladas no Brasil aderiram no início de 2023 ao parcelamento de determinados contenciosos tributários federais dentro do “Programa Litígio Zero” instituído pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, o qual possibilitou o parcelamento dos contenciosos incluídos no programa e o abatimento parcial com saldos de prejuízo fiscal e base negativa.

(e) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL

A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	2023
	Consolidado
Até 12 meses	334.081
Após 12 meses	845.045
	<u>1.179.126</u>

(f) Ativo fiscal diferido não reconhecido

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, considerando que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios, estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	4.027.655	6.030.536
Potencial benefício fiscal - alíquota entre os países de 24,94% a 34,00%	<u>1.011.686</u>	<u>1.518.025</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa

Os saldos de base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa para os quais a Companhia reconhece imposto diferido estão distribuídos conforme abaixo:

Exercício	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	Consolidado
				Total
2023	1.061.489	1.916.160	1.360.174	4.337.823
2022	1.514.696	3.300.940	641.680	5.457.316

(h) Realização dos saldos de IRPJ e da CSLL a recuperar

Os saldos consolidados de longo prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto sobre a renda pago no exterior, nos termos da Lei nº 12.973/2014, passível de dedução do imposto sobre a renda e contribuição social que forem devidos no Brasil sobre lucros auferidos pelas mesmas controladas em anos-calendário subsequentes, observados os limites legais. A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior, registrado em 31 de dezembro de 2023, até o ano de 2029.

22 Provisões e depósitos judiciais
(a) Práticas contábeis
(i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) seja provável a necessidade uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, sendo essas variações reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária.

Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1.000, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e / ou terceiros insolventes.

(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* – “ARO”)

A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão apresentadas na Nota 17(a)(vi).

A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro.

O passivo constituído é atualizado por meio de revisões anuais que incluem:

- revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas;
- revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento;
- revisão da taxa de desconto.

Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

O cronograma esperado das saídas de caixa associadas ao processo de restauração e recuperação varia no intervalo de 2 a 50 anos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

	Controladora					
	2023					
	Processos judiciais					
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	204.903	334.117	192.418	66.199	3.680	801.317
Adições	627	7.294	21.344	34.292	1.124	64.681
Reversões		(10.723)	(12.693)	(19.076)	(264)	(42.756)
Baixas	(11.859)					(11.859)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(3.394)	904	19.242	(15)	16.737
Liquidações com depósitos judiciais		(4.392)	(1.694)	(11.791)		(17.877)
Liquidações com efeito caixa	(5.704)	(3.759)	(5.433)	(22.892)	(655)	(38.443)
Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1/2023		(5.558)				(5.558)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(10.591)					(10.591)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(6.601)					(6.601)
Ajuste a valor presente	14.211					14.211
Atualização monetária, líquida das reversões		(10.856)	13.696	(11.832)	916	(8.076)
Saldo no final do exercício	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>
Provisões	184.986	419.441	217.851	89.603	5.361	917.242
Depósitos judiciais		(116.712)	(9.309)	(35.461)	(575)	(162.057)
Saldo no final do exercício	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>
Não circulante	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	2022					
		Processos judiciais				
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	136.684	263.859	176.384	85.214	5.005	667.146
Adições	16.346	44.961	32.662	43.450	1.141	138.560
Reversões		(2.013)	(13.164)	(20.523)	(1.171)	(36.871)
Baixas	(6.514)					(6.514)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(32.715)	1.592	935	(19)	(30.207)
Liquidações com depósitos judiciais			(1.660)	(7.336)		(8.996)
Liquidações com efeito caixa	(4.553)	(2.296)	(4.730)	(23.679)	(131)	(35.389)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	59.127					59.127
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(11.241)					(11.241)
Ajuste a valor presente	15.054					15.054
Atualização monetária, líquida das reversões		62.321	1.334	(11.862)	(1.145)	50.648
Saldo no final do exercício	<u>204.903</u>	<u>334.117</u>	<u>192.418</u>	<u>66.199</u>	<u>3.680</u>	<u>801.317</u>
Provisões	204.903	447.435	202.631	120.902	4.240	980.111
Depósitos judiciais		(113.318)	(10.213)	(54.703)	(560)	(178.794)
Saldo no final do exercício	<u>204.903</u>	<u>334.117</u>	<u>192.418</u>	<u>66.199</u>	<u>3.680</u>	<u>801.317</u>
Não circulante	<u>204.903</u>	<u>334.117</u>	<u>192.418</u>	<u>66.199</u>	<u>3.680</u>	<u>801.317</u>

 (i) "ARO" - *Asset Retirement Obligation* (Obrigações de descomissionamento de ativos) e termos de compromisso.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2023					
		Processos judiciais				
	ARO e termos de compromisso (j)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	555.883	535.927	217.866	78.746	9.113	1.397.535
Adições	14.062	19.869	28.187	45.916	2.793	110.827
Reversões		(22.460)	(17.089)	(24.398)	(323)	(64.270)
Baixas	(11.863)					(11.863)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(3.323)	781	24.591	(16)	22.033
Liquidações com depósitos judiciais		(8.653)	(1.741)	(13.124)		(23.518)
Liquidações com efeito caixa	(44.692)	(16.550)	(9.108)	(26.767)	(2.310)	(99.427)
Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023		(6.491)				(6.491)
Ajuste a valor presente	33.473					33.473
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(90.391)					(90.391)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(14.868)					(14.868)
Atualização monetária, líquida das reversões	(2.189)	8.176	16.168	(11.565)	2.060	12.650
Variações cambiais	(17.392)	(1.179)	(260)	(24)		(18.855)
Saldo no final do exercício	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.375</u>	<u>11.317</u>	<u>1.246.835</u>
Provisões	422.023	645.623	246.028	116.107	11.892	1.441.673
Depósitos judiciais		(140.307)	(11.224)	(42.732)	(575)	(194.838)
Saldo no final do exercício	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.375</u>	<u>11.317</u>	<u>1.246.835</u>
Não circulante	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.375</u>	<u>11.317</u>	<u>1.246.835</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2022					
	ARO e termos de compromisso (i)	Processos judiciais				Total
		Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Saldo no início do exercício	528.955	442.939	209.702	102.337	7.894	1.291.827
Adições	31.410	59.306	38.862	52.656	5.471	187.705
Reversões	(129)	(8.964)	(18.906)	(25.840)	(1.616)	(55.455)
Baixa	(6.514)					(6.514)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(39.760)	1.548	1.815	(19)	(36.416)
Liquidações com depósitos judiciais			(1.704)	(10.304)		(12.008)
Liquidações com efeito caixa	(43.755)	(2.952)	(6.998)	(28.728)	(140)	(82.573)
Ajuste a valor presente	22.714					22.714
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	54.450					54.450
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(31.822)					(31.822)
Aquisição de subsidiárias	35.075	568	40			35.683
Variações cambiais	(32.305)	(3.370)	(1.193)	(75)		(36.943)
Atualização monetária, líquida das reversões	(2.196)	88.160	(3.485)	(13.115)	(2.477)	66.887
Saldo no final do exercício	<u>555.883</u>	<u>535.927</u>	<u>217.866</u>	<u>78.746</u>	<u>9.113</u>	<u>1.397.535</u>
Provisões	555.883	672.911	229.871	146.068	9.673	1.614.406
Depósitos judiciais		(136.984)	(12.005)	(67.322)	(560)	(216.871)
Saldo no final do exercício	<u>555.883</u>	<u>535.927</u>	<u>217.866</u>	<u>78.746</u>	<u>9.113</u>	<u>1.397.535</u>
Não circulante	<u>555.883</u>	<u>535.927</u>	<u>217.866</u>	<u>78.746</u>	<u>9.113</u>	<u>1.397.535</u>

 (i) "ARO" - *Asset Retirement Obligation* (Obrigações de descomissionamento de ativos) e termos de compromisso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável**(i) Provisões tributárias**

Refere-se, principalmente, à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IRPJ e CSLL (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

a. Compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais (“CFEM”)

A Companhia possui diversas autuações lavradas pela Agência Nacional de Mineração - “ANM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2016. Em 31 de dezembro de 2023, o valor em contingência dessas ações totaliza o montante de R\$ 601.950 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 499.213). A Companhia entende que R\$ 143.327 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 124.627) é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado, e R\$ 458.624 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 374.586) é o montante consolidado de perda possível. Atualmente, os processos encontram-se na fase administrativa ou judicial.

b. Exclusão do ICMS e ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia ajuizou medidas judiciais visando afastar a incidência do ICMS e do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que atualmente apenas as ações que discutem a exclusão do ISSQN encontram-se ativas e com depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos totalizam o montante de R\$ 5.446 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 5.132), o qual está provisionado.

(ii) Provisões cíveis

Refere-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

(iii) Provisões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos nos diversos países em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

A Companhia conduz regularmente verificações para identificar riscos legais ambientais de modo a garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Ademais, o contencioso ambiental judicial da Companhia é formado, primordialmente, por ações civis públicas com a finalidade de apurar responsabilidades ambientais na condução das atividades da Companhia, inclusive questões envolvendo o licenciamento ambiental de unidades fabris, autos de infração lavrados por órgãos ambientais competentes, bem como ações de indenização por alegado danos decorrentes de supostos impactos ambientais advindos das atividades da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis				
Processo Administrativo (PA) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Ação Anulatória (i)	2.394.326	2.280.032	2.394.326	2.280.032
Ações Cíveis Públicas (ACPs) – decorrentes do PA (ii)	6.532.017	6.065.219	6.532.017	6.065.219
Demais processos	457.303	450.691	729.023	703.733
	<u>9.383.646</u>	<u>8.795.942</u>	<u>9.655.366</u>	<u>9.048.984</u>
Tributários				
Autos de infração – IRPJ / CSLL (iii)	1.938.368	1.796.446	1.938.368	1.796.446
PIS/COFINS - Glosa de créditos referente a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo (v)	478.911	428.380	478.911	428.380
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Nota 23(c)(i)(a))	265.821	193.994	458.624	374.586
IRPJ e CSLL – Lucros no exterior (iv)	177.756	265.497	177.756	265.497
Demais processos	1.885.390	1.914.722	3.064.550	3.019.407
	<u>4.746.246</u>	<u>4.599.039</u>	<u>6.118.209</u>	<u>5.884.316</u>
Ambientais				
	<u>24.269</u>	<u>25.468</u>	<u>49.011</u>	<u>50.062</u>
	<u>14.154.161</u>	<u>13.420.449</u>	<u>15.822.586</u>	<u>14.983.362</u>

(i) Processo Administrativo (“PA”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e Ação Anulatória

Em 2006, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”) iniciou investigação que culminou com a instauração de um PA contra diversas empresas do setor de cimento do Brasil, dentre elas a Companhia, baseado em supostas práticas anticoncorrenciais, incluindo a formação de cartel com outras cimenteiras para fixação de preços e quantidades de produtos. Em janeiro de 2011 foi emitida Nota Técnica pela SDE e após finalizada a fase de instrução, em julho de 2015, o CADE chegou aos termos finais da sua decisão, determinando as seguintes sanções, entre outras, à Companhia: (1) multa de aproximadamente R\$ 1.563.781 (20% sobre o faturamento anual bruto em 2016, com base na Lei nº 12.529/11); (2) diversas penas estruturais, em resumo: (2.i) venda de todas as suas participações societárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2.ii) venda de 20% de sua capacidade instalada de serviços de concretagem no Brasil, nos mercados relevantes em que a Companhia possua mais de uma concreteira e (2.iii) venda de um ativo específico de cimento que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposta prática anticoncorrencial; (3) outras penas que, em resumo, incluem: (3.i) a proibição de realização de atos de concentração pelo prazo de 5 (cinco) anos nos mercados de cimento (entre as empresas condenadas) e de concreto (qualquer ato) e de associação (entre as empresas condenadas) para projetos *greenfield* nos setores de cimento, escória e concreto; (3.ii) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito subsidiadas por programas ou recursos públicos; (3.iii) recomendação à Receita Federal para que não sejam concedidos parcelamentos de tributos federais ou que sejam cancelados, no todo ou em parte, os incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

Em outubro de 2015, a Companhia ajuizou uma ação ordinária para anular (Ação Anulatória) a decisão no âmbito do PA ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. Ao final de novembro de 2015, foi concedida liminar para suspender os efeitos da decisão no PA, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações até julgamento do mérito da Ação Anulatória. O CADE foi citado e apresentou sua defesa, ao passo que a Companhia apresentou sua réplica em novembro de 2016. Foi deferida prova pericial econômica e, em maio de 2021, o laudo do perito judicial foi apresentado. As partes apresentaram sua manifestação e parecer técnico em relação ao laudo pericial em novembro de 2021. Em 30 de maio de 2023, foi realizada audiência de instrução, no entanto, aguarda-se o complemento do laudo pericial, conforme determinado em audiência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classificou a probabilidade de perda da Ação Anulatória como possível e, portanto, não há valores provisionados. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado da estimativa de contingência possível (composta exclusivamente pela multa) da Companhia é de R\$ 2.394.326 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 2.280.032). A Companhia ressalta que essa estimativa não representa qualquer concordância da Companhia com a condenação do CADE e quaisquer das penalidades impostas no PA, mas mera estimativa para fins de reporte de contingência possível.

(ii) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) decorrentes do PA**a. ACP do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (ACP-MPE/RN)**

Em janeiro de 2012, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (MPE/RN) ajuizou uma ACP contra a Companhia, outras 5 (cinco) cimenteiras e entidades representantes da indústria de cimento e concreto, por suposta violação à lei concorrencial brasileira, com base na Nota Técnica da SDE de 2011, acima referida.

O MPE/RN fez os seguintes pedidos genéricos: (1) danos morais coletivos de R\$ 5.600.000 (corrigidos até janeiro de 2012), com solidariedade entre as demandadas, para o Fundo Nacional de Direitos Difusos; (2) dano patrimonial individual homogêneo aos consumidores equivalentes a 10% dos montantes pagos por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos demandados entre 2002 e 2006, para liquidação e cobrança individual por cada consumidor; (3) multa de 1% a 30% das receitas brutas do seu último exercício, não inferior às vantagens supostamente auferidas (art. 23, I, Lei nº 8.884/1994); e (4) outros pedidos, dentre eles: (4.i) proibição, por um período de pelo menos 5 (cinco) anos, de obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação dos governos federal, estadual ou municipal, entidades ou agências governamentais; e (4.ii) determinação para não concessão de parcelamento de tributos federais e cancelamento de incentivos fiscais ou subsídios públicos.

Em setembro de 2021, as preliminares arguidas pelas demandadas foram rejeitadas. Foi ainda determinada produção de perícia, estabelecendo-se que o ônus da prova do dano é do MPE/RN. No momento, aguarda-se julgamento dos recursos contra a decisão que rejeitou as preliminares. Não houve ainda indicação de perito judicial.

b. Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de São Paulo (ACP-MPF/SP)

De forma aparentemente similar, também com base no PA, em outubro de 2021, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF/SP) ajuizou ACP contra todas as pessoas e entidades condenadas no PA, alegando violação à lei concorrencial brasileira, como resultado de suposta formação de cartel.

O MPF/SP fez, dentre outros, os seguintes pedidos na ACP-MPF/SP: (1) medida liminar para proibir alteração do quadro societário das empresas demandadas (e suas subsidiárias ou coligadas); (2) dano econômico-financeiro com solidariedade entre as Pessoas Demandadas: (i) pedido principal total de R\$ 28,92 bilhões (corrigido até janeiro de 2014) com base num suposto sobrepreço de 20% entre 1987 e 2007 (sendo 49,78% alocado para Companhia); e (ii) pedido subsidiário total de R\$ 7,78 bilhões (corrigido até junho de 2021) com base num suposto sobrepreço de 2,7% entre 1994 e 2004 (49,78% alocado à Companhia); (3) dano moral de R\$ 10 bilhões corrigido até a outubro de 2021 (49,78% alocado à Companhia); (4) depósito do valor de condenação; (5) reconhecimento dos efeitos para futuras indenizações individuais; (6) proibição de contratação com instituições financeiras oficiais; e (7) não parcelamento de tributos ou cancelamento no todo ou em parte de incentivos e subsídios.

O pedido de medida liminar (item (1) acima) foi negado pelo juízo em primeiro grau em novembro de 2021. A Companhia foi citada e apresentou a sua defesa no prazo legal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função da propositura da ACP-MPF/SP e da similaridade entre os pedidos das ACPs, inclusive de mesma natureza, a Companhia revisou os valores de expectativas de perda possíveis das ACPs, como um todo, e ainda de cada um dos pedidos feitos nessas ACPs para avaliação dos valores incluídos na rubrica de contingência possível. Nesse sentido, a Companhia calculou de forma consolidada o montante de reporte de contingência possível para ambas as ACPs, com base nas seguintes premissas: (a) avaliação com base nos valores (de danos morais e patrimoniais) indicados pelos ministérios públicos, o que não significa que a Companhia concorde com esses valores; (b) dada as similaridades de pedidos, os valores dos pedidos de mesma natureza não são duplicados; (c) os cálculos representam as melhores estimativas, neste momento, com base nos dados disponíveis (internos e públicos), no andamento processual, na jurisprudência atual e na avaliação de seus assessores legais, inclusive em relação a pedidos que são, neste momento, ilíquidos, inestimáveis ou sem impacto material para a Companhia; (d) por fim, a Companhia utilizou diversas premissas para estimativa dos valores e percentuais dos pedidos alocados à ela, entretanto a Companhia não pode garantir que tais premissas irão prevalecer, inclusive considerando o atual estágio dos processos e inclusive os pedidos de solidariedade feitos pelos ministérios públicos, conforme descritos acima, estimando o montante atualizado da contingência possível para ambas as ACPs em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 6.532.017 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 6.065.219). Essa estimativa não representa qualquer concordância da Companhia com os pedidos feitos pelos MPs, mas mera estimativa para fins de reporte de contingência possível. A Companhia classificou a probabilidade de perda das ACPs como possível e, portanto, não há valores provisionados.

(iii) Autos de infração – IRPJ / CSLL

Em dezembro de 2016, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470.306 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao exercício de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114.000 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a Companhia. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido, logo após, a Companhia apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN, bem como apresentou Recurso Especial contra a parte julgada de forma desfavorável pelo CARF. No momento a Companhia aguarda o julgamento dos Recursos Especiais pela Câmara Superior do CARF. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado da contingência é de R\$ 671.699 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 619.310), sendo que R\$ 65.190 está avaliado como provável e possui provisão constituída, o montante de R\$ 225.715 está avaliado como possível e o restante como remoto totalizando a quantia de R\$ 380.795.

Em dezembro de 2017, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.294.680, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela Companhia; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.712.653 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 1.588.286) e está avaliado como possível.

(iv) IRPJ e CSLL – Lucros no exterior

Em dezembro de 2018, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 261.933, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior nos anos calendário de 2013 a 2014, por meio de suas controladas e coligadas. A Companhia apresentou impugnação que foi julgada desfavoravelmente. O Recurso Voluntário apresentado pela Companhia foi parcialmente procedente para 97% do auto de infração. Como a PGFN não interpôs Recurso Especial, a Receita Federal recalculou o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023, permanecendo em discussão apenas o montante de R\$ 13.198 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 20.347), que está avaliado como possível. Em outubro de 2023, o Recurso Especial para a parte residual foi julgado de forma desfavorável pelo voto de qualidade e no momento aguarda o encerramento em definitivo para posterior inscrição em dívida ativa pela PGFN.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu dois autos de infração da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 184.550, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior no ano calendário de 2015, por meio de suas controladas e coligadas. Em 2023, houve o julgamento favorável da impugnação apresentada em dos autos, que no momento aguarda a apreciação do Recurso de Ofício interposto pela Receita Federal. Já para outro auto de infração aguarda-se o julgamento da impugnação. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado da contingência é de R\$ 164.558 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 200.748) e está avaliado como possível.

(v) PIS/COFINS – Glosa de créditos referente a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo

Em junho de 2022, a companhia recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 402.954, em virtude da glosa parcial de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A Companhia apresentou impugnação e no momento aguarda o julgamento desta. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado da contingência é de R\$ 478.911 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 428.380).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Uso de bem público
(a) Práticas contábeis

O uso de bem público é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A prática contábil para o reconhecimento do ativo intangível está descrita na Nota 17(a)(iv).

(b) Composição

A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalo), o qual permite que a Companhia seja autoprodutor. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para uso de bem público com prazo de duração até abril de 2044 (42 anos), e o valor da obrigação está demonstrado a seguir:

							Consolidado			
							2023		2022	
Usina	Investidora	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início do pagamento	Ativo intangível	Passivo	Ativo intangível	Passivo	
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	mar/02	abr/44	abr/06					
Circulante								53.947		54.932
Não circulante							137.088	589.400	143.830	656.858
							<u>137.088</u>	<u>643.347</u>	<u>143.830</u>	<u>711.790</u>

24 Plano de pensão**(a) Práticas contábeis****(i) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia, por meio das controladas no exterior (St. Marys, VCEAA e Artigas) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas, também chamados de "Remensurações", decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(ii) Assistência médica (pós aposentadoria)

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício de assistência médica é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação deste benefício é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", que não serão reclassificadas para o resultado no período em que são realizadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia.

A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	Consolidado	
	2023	2022
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários	82.762	126.335
Ativo registrado no balanço patrimonial	82.762	126.335
Obrigações registradas no balanço patrimonial		
Planos de pensão deficitários	71.031	79.702
Benefícios de saúde pós-emprego	194.680	195.309
Passivo registrado no balanço patrimonial	265.711	275.011
Despesas reconhecidas no resultado do exercício		
Plano de pensão de benefício definido	8.604	4.711
Benefícios de saúde pós-emprego	14.018	16.648
	22.622	21.359
Remensurações reconhecidas no resultado abrangente		
Plano de pensão - valor bruto	18.356	31.611
Benefícios de saúde pós-emprego	10.317	(66.265)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.505)	2.179
Plano de pensão - valor líquido	22.168	(32.475)

(c) Plano de contribuição definida

A VCSA e a controlada VCNNE patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM, estas contribuições voluntárias não exigem nenhum pagamento adicional da Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia, são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de benefício definido e benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América Latina, Brasil e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos da América Latina, Europa e da América do Norte oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pró rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua controlada na América do Norte. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir por região:

	2023				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	42.286	1.996	537.492		581.774
Valor justo de ativos do plano	(73.716)	(1.862)	(618.123)		(693.701)
(Déficit) superávit de planos financiados	(31.430)	134	(80.631)		(111.927)
Valor presente de obrigações não financiadas		67.855	193.957	3.765	265.577
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	(31.430)	67.989	113.326	3.765	153.650
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	29.299				29.299
Passivo líquido do ativo	(2.131)	67.989	113.326	3.765	182.949

	2022				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	37.437	13.991	536.614		588.042
Valor justo de ativos do plano	(70.244)		(661.359)		(731.603)
(Déficit) superávit de planos financiados	(32.807)	13.991	(124.745)		(143.561)
Valor presente de obrigações não financiadas		65.660	191.161	4.199	261.020
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	(32.807)	79.651	66.416	4.199	117.459
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	30.674		543		31.217
Passivo líquido do ativo	(2.133)	79.651	66.959	4.199	148.676

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da obrigação do benefício definido/benefícios de saúde pós emprego e do valor justo dos ativos dos planos durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2023	849.062	(731.603)	117.459	31.217	148.676
Custo do serviço corrente	11.508		11.508		11.508
Despesa (receita) financeira	43.093	(35.923)	7.170	3.135	10.305
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	809		809		809
	55.410	(35.923)	19.487	3.135	22.622
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(24.024)	(24.024)		(24.024)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	32.300		32.300		32.300
Perdas decorrentes da experiência	25.411		25.411		25.411
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	2.579	(2.579)		(5.014)	(5.014)
	60.290	(26.603)	33.687	(5.014)	28.673
Variações cambiais	(43.704)	34.081	(9.623)	(39)	(9.662)
Contribuições do empregador		12.650	12.650		12.650
Pagamento dos planos - benefícios	(73.707)	53.697	(20.010)		(20.010)
Em 31 de dezembro de 2023	847.351	(693.701)	153.650	29.299	182.949

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2022	1.235.147	(1.078.639)	156.508	27.426	183.934
Custo do serviço corrente	12.101		12.101		12.101
Despesa (receita) financeira	37.288	(30.735)	6.553	2.346	8.899
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	359		359		359
	49.748	(30.735)	19.013	2.346	21.359
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		194.762	194.762		194.762
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(9.194)		(9.194)		(9.194)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(227.801)		(227.801)		(227.801)
Perdas decorrentes da experiência	3.831		3.831		3.831
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	2.305		2.305	1.445	3.750
	(230.859)	194.762	(36.097)	1.445	(34.652)
Variações cambiais	(138.238)	113.737	(24.501)		(24.501)
Contribuições do empregador		14.403	14.403		14.403
Pagamentos dos planos					
Pagamento dos planos - benefícios	(66.736)	54.869	(11.867)		(11.867)
Em 31 de dezembro de 2022	849.062	(731.603)	117.459	31.217	148.676

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos do plano incluem:

	2023	2022
Ações		
Mercado global	115.591	169.310
Mercados emergentes	58.105	58.198
Instituições financeiras	25.151	24.944
Títulos públicos	48.333	45.299
Bonds	441.338	433.852
Outros	5.183	
	693.701	731.603

As premissas atuariais utilizadas foram as seguintes:

	2023				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Média
Taxa de desconto	9,82%	10,20%	4,93%	7,71%	8,17%
Taxa da inflação	4,00%	6,89%	2,00%	5,11%	4,50%
Retorno esperado sobre os ativos do plano					
Aumentos salariais futuros	4,03%	9,64%	2,50%	3,71%	4,97%

	2022				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Média
Taxa de desconto	10,22%	10,67%	5,24%	8,43%	8,64%
Taxa da inflação	3,98%	9,82%	2,00%	8,19%	6,00%
Retorno esperado sobre os ativos do plano					
Aumentos salariais futuros	2,87%	7,50%	2,50%	4,43%	4,33%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria:

- Brasil: AT-2000;
- Uruguai: GAM 1983;
- Marrocos: TPG93;
- Tunísia: Homens - TVTun -H-99; Mulheres – TVTun-F-99;
- Turquia: TUIK 2015; e
- América do Norte: CPM-B.

Considerando que os planos de benefícios do segmento América do Norte são os mais significativos no consolidado, abaixo é demonstrado a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 4,76%	Aumento de 5,22
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 0,40%	Diminuição de 0,38%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,82%	Diminuição de 2,78%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

25 Patrimônio líquido

(a) Práticas contábeis

(i) Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, que é de 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos mínimos obrigatórios.

(iii) Lucro básico por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros.

A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro por ação.

(iv) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebe, no Brasil, incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo:

Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a:

ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativos a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento, diferimento do pagamento ou crédito presumido. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos dos incentivos estão estabelecidos em cada programa, com vencimentos até 2032. Esses incentivos são registrados no resultado do período de apuração do imposto e quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas.

A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior;
- Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria; e
- Outros componentes do resultado abrangente das investidas.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.708.353 composto por 9.225.042.782 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais.

(c) Pagamento de dividendos

Em 01 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 476.500, sendo R\$ 218.911 a título de dividendos intercalares, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício de 2022, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 e R\$ 257.589 à conta de reservas de retenção de lucros, os quais foram pagos aos acionistas no mês de março de 2023.

Em 23 de agosto de 2023, a Companhia efetuou pagamento de dividendos intermediários aos acionistas destinados a partir da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 462.758, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2023.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	2.433.700	999.287
Reserva legal - 5%	(121.685)	(49.964)
Reserva para incentivos fiscais	(82.574)	(73.680)
Base de cálculo dos dividendos	2.229.441	875.643
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	557.360	218.911
Quantidade total de ações, em milhares	9.525.614	9.525.614
Dividendos por lote de mil ações - R\$	58,51	22,98

(d) Redução de capital social de acionistas não controladores

Em 29 de junho de 2023, a Companhia por meio da controlada direta VCI e demais acionistas da St. Marys Cement Inc. reduziram seu capital social no montante de USD 114.600 mil (R\$ 552.280), mediante a devolução de caixa pela investida aos acionistas. O montante de R\$ 96.572 corresponde a 17% da participação acionária dos acionistas não controladores devolvido e pago na mesma data.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outros resultados abrangentes da controladora

	Nota	Variação cambial de operações localizadas no exterior	Hedge dos investimentos líquidos (Nota 6.4.3(c))	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Transações com acionistas não controladores	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2022, após o efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas		5.384.656	(2.361.324)	(44.556)	1.513.187	(985)	4.490.978
Variações cambiais de operações localizadas no exterior		(1.249.244)					(1.249.244)
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas		6.261					6.261
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas		544.315					544.315
Hedge dos investimentos líquidos	15(e)		(146.237)				(146.237)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						22.005	22.005
Perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas				20.127			20.127
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						(13.173)	(13.173)
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(3.137)	(3.137)
Ajuste de variação cambial de economias hiperinflacionárias		32.786					32.786
Tributos diferidos	21(d)		11.164	6.857		4.640	22.661
Em 31 de dezembro de 2022		<u>4.718.774</u>	<u>(2.496.397)</u>	<u>(17.572)</u>	<u>1.513.187</u>	<u>9.350</u>	<u>3.727.342</u>
Em 1º de janeiro de 2023, após o efeito do ajuste contábil da adoção do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro		4.718.774	(2.496.397)	(17.572)	1.513.187	9.350	3.727.342
Variações cambiais de operações localizadas no exterior		(1.689.752)					(1.689.752)
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas		5.512					5.512
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas		733.467					733.467
Hedge dos investimentos líquidos	15(e)		57.282				57.282
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						13.500	13.500
Ganhos sobre os ativos de plano de pensão das investidas				(24.851)			(24.851)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						4.437	4.437
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(842)	(842)
Tributos diferidos	21(d)			7.079		(896)	6.183
Em 31 de dezembro de 2023		<u>3.768.001</u>	<u>(2.439.115)</u>	<u>(35.344)</u>	<u>1.513.187</u>	<u>25.549</u>	<u>2.832.278</u>

26 Receita líquida de contratos com clientes**(a) Práticas contábeis**

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável e inclui a promessa de transferência de produtos ou serviços a um cliente; (iii) o preço da transação é valor da contraprestação definido em contrato que pode ser mensurado com segurança e pode ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) o preço da transação é alocado a cada obrigação de performance com base no seu preço de venda individual para cada produto ou serviço distinto prometido no contrato; (v) a entidade reconhece a receita quando ela satisfaz as obrigações de desempenho transferindo um produto ou serviço ao cliente, que ocorre no momento em que o cliente obtém o controle sobre tal serviço ou produto. O valor da receita reconhecida é o valor alocado para a obrigação de desempenho satisfeita.

A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho:

(i) Contratos com clientes relacionados com a venda de cimento, agregados, argamassas, matéria-prima e outros tem como obrigação de desempenho a entrega dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o produto é entregue ao cliente;

(ii) Os contratos de concreto pronto preveem a entrega do concreto em uma única entrega, deste modo, a obrigação de desempenho é satisfeita no momento em que o concreto é entregue ao cliente. Para contratos em que determinado volume de concreto é entregue por um período, como projetos de construção de longo prazo (que geralmente não são superiores a um ano), a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo com base nos volumes entregues no período do contrato.

Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as contraprestações. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das contraprestações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes.

Para alguns contratos com clientes, a Companhia oferece rebates de volume, que são liquidados na forma de produtos ou dinheiro a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável do contrato. A Companhia então aplica os requisitos de restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e reconhecido como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os descontos futuros esperados (ou seja, o valor não incluído no preço da transação), de acordo com o valor que a entidade estima entregar ao cliente. A Companhia baseia suas estimativas no histórico anterior, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia atualiza suas estimativas de passivo de restituição (e a mudança correspondente no preço da transação) no final de cada exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vendas brutas				
Venda de produtos e serviços para o mercado brasileiro	12.666.587	12.611.615	18.038.721	18.006.901
Venda de produtos e serviços para mercados fora do Brasil		7.152	13.096.773	12.013.355
	12.666.587	12.618.767	31.135.494	30.020.256
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(3.216.354)	(3.101.873)	(4.453.369)	(4.222.890)
Receita líquida de contratos com clientes	9.450.233	9.516.894	26.682.125	25.797.366

(c) Receita líquida por linha de produtos

	Consolidado	
	2023	2022 (i)
Cimento	17.666.897	17.295.701
Concreto	5.405.295	4.635.936
Argamassa	933.043	819.675
Agregados	843.466	780.465
Outros	1.833.424	2.265.589
Receita líquida de contratos com clientes	26.682.125	25.797.366

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou reclassificações entre linhas visando melhor transparência e adequação na apresentação das receitas por linha de produto. Dentre elas, as receitas anteriormente apresentadas em "Cimento" no montante de R\$ 1.539.270 foram reclassificadas para a linha de "Outros".

27 Abertura de despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022 (i)
Salários, encargos e benefícios	1.180.995	1.102.910	3.772.104	3.381.112
Insumos e materiais de consumo	1.341.390	1.311.934	3.698.226	3.509.598
Fretes	1.659.075	1.686.617	3.937.640	3.916.454
Depreciação, exaustão e amortização	445.227	410.107	1.868.614	1.846.855
Energia elétrica	777.144	896.078	1.588.050	1.896.336
Combustíveis	1.412.657	1.566.052	3.242.715	3.955.474
Manutenção e conservação	568.513	544.616	1.605.862	1.488.765
Despesa de serviços diversos	489.473	424.030	1.438.223	1.239.488
Embalagens	251.308	207.678	470.714	412.451
Impostos, taxas e contribuições	31.739	36.662	194.139	200.197
Despesas comerciais e marketing	70.785	86.312	99.369	130.655
Aluguéis e arrendamentos	62.667	40.913	175.845	98.123
Seguros	10.484	8.227	88.095	83.778
Outros	32.872	57.210	921.109	896.160
	8.334.329	8.379.346	23.100.705	23.055.446
Reconciliação				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.245.741	7.384.906	20.799.481	20.982.540
Despesas com vendas	525.582	436.779	947.856	826.495
Despesas gerais e administrativas	563.006	557.661	1.353.368	1.246.411
	8.334.329	8.379.346	23.100.705	23.055.446

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou reclassificações entre linhas visando melhor transparência e adequação na apresentação dos saldos por natureza. Dentre elas, as despesas anteriormente apresentadas em "Outros" nos montantes de R\$ 103.991 e R\$ 490.134 foram reclassificadas para as linhas de "Fretes" e "Combustíveis", respectivamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios fiscais - investimento	75.038	62.452	260.341	218.860
(Provisão) reversão de <i>impairment</i> de ativos		(4.316)	53.016	(4.316)
Contratos futuros de energia - valor justo		55.918	42.162	(57.587)
Ganho líquido na venda de sucata	15.929	11.355	31.765	14.252
Recuperação de tributos	27.489	31.339	30.260	32.545
Reversão de direitos de crédito na emissão de CO2			17.203	32.876
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	12.649	1.776	16.105	42.485
Receita de aluguéis e arrendamentos	1.943	3.387	15.895	11.840
Receita de coprocessamento	10.202	16.375	11.263	18.145
Provisões judiciais líquidas	(45.437)	(98.597)	(66.400)	(123.238)
Despesas com unidades inativas	(19.335)	(18.812)	(22.308)	(19.324)
Gastos com projetos	(5.316)	(2.426)	(5.636)	(3.936)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(9.905)	(10.292)	(23.876)	18.239
	<u>63.257</u>	<u>48.159</u>	<u>359.790</u>	<u>180.841</u>

29 Resultado financeiro, líquido
(a) Práticas contábeis

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Custos para pré-pagamento de empréstimos, incluindo amortização de custos de captação;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- Ganhos/perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica de forma consistente os juros sobre empréstimos e financiamentos pagos e os custos da recompra de títulos de dívida (*eurobonds*) como fluxo caixa das atividades operacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras		164.450	210.772	288.823	269.524
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	73.489	83.471	151.768	103.388
Reversão de atualização monetária de provisões		99.057	61.944	125.000	80.442
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	88.136	103.056	118.430	139.351
Atualização monetária sobre ativos		40.097	71.530	54.117	94.765
Juros sobre ativos financeiros		18.384	51.145	42.009	83.230
Atualização monetária utilização do bem público				39.239	
Comissões sobre securitização	13(c)			36.548	34.402
Reversão de garantia sobre operação de securitização	13(c)			19.637	
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(c)	8.545	12.000	13.763	19.446
Ganho na renegociação de dívidas, líquidas das amortizações	19(d)	7.468	3.319	7.468	3.319
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(c)	11.985	12.175		
Ganho na liquidação de empréstimos de CO2					53.747
Descontos obtidos		8	40.216	369	40.220
Outras receitas financeiras				46.135	16.624
		<u>511.619</u>	<u>649.628</u>	<u>943.306</u>	<u>938.458</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros		(439.251)	(336.333)	(819.228)	(793.038)
Capitalização de juros sobre empréstimos	16(c)	20.526	9.717	23.787	23.833
Instrumentos financeiros derivativos	6.4.3(a)	(373.337)	(528.378)	(451.202)	(638.502)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos		(136.209)	(144.926)	(188.558)	(187.675)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	(103.913)	(60.804)	(136.167)	(80.494)
Encargos com securitização	13(c)			(98.763)	(68.411)
Ajuste a valor presente		(20.979)	(32.385)	(71.572)	(48.149)
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos	19(d)	(35.402)	(42.478)	(53.638)	(64.361)
Comissões sobre operações financeiras				(46.821)	(102.430)
Custos com captação de empréstimos		(10.285)	(8.313)	(19.587)	(17.459)
Atualização monetária utilização do bem público				(17.023)	(42.287)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(8.924)	(16.848)	(16.071)	(20.375)
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas	6.4.3(a) e 13(c)			(11.285)	(4.051)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(7.804)	(4.892)	(9.323)	(5.976)
Perda na renegociação de dívidas, líquida das amortizações	19(d)	(6.649)	(2.955)	(8.489)	(9.745)
Juros sobre impostos a pagar		(7.002)	(8.200)	(7.711)	(8.517)
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(c)	(10.619)	(2.156)	(1.533)	
Encargos sobre operações de descontos		(414)	(228)	(426)	(299)
Provisão de garantia sobre operação de securitização	13(c)			(157)	(24.418)
Despesa com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(c)	(1.526)	(4.813)		
Custo de recompra dos <i>bonds</i>					(171.812)
Outras despesas financeiras		(27.184)	(44.321)	(105.382)	(82.655)
		<u>(1.168.972)</u>	<u>(1.228.313)</u>	<u>(2.039.149)</u>	<u>(2.346.821)</u>
Ganho monetário líquido na subsidiária hiperinflacionária					
Ganho cambial, líquido		143.428	110.633	(39.774)	(115.897)
		<u>(513.925)</u>	<u>(468.052)</u>	<u>(998.088)</u>	<u>(1.295.425)</u>

30 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui determinados tipos de contratos de compra de matérias-primas específicas que se destinam a substituir parcialmente o clínquer, principal componente do produto cimentício. Há também outros contratos de compra com o objetivo de substituir o uso de energia fóssil por fontes alternativas de energia. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo finalizado em 2042.

A Companhia também firmou contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para as operações brasileiras, que visam suprir eventuais necessidades adicionais que não seriam atendidas por suas próprias usinas hidrelétricas. Alguns deles são contratos com partes relacionadas.

Outros compromissos de longo prazo menos significativos incluem essencialmente contratos para a compra de ativo imobilizado.

31 Eventos subsequentes

(a) Recompra de *bonds* Voto 27 pela Votorantim Cimentos International (“VCI”)

Durante janeiro de 2024, a controlada VCI recomprou no mercado secundário o saldo de USD 20.000 mil (R\$ 99.070) de principal referente aos *bonds* da controlada St. Marys com vencimento em 2027. Em 31 de janeiro de 2024, o saldo remanescente de principal dos *bonds* com vencimento em 2027 era de aproximadamente USD 458.532 mil (R\$ 2.271.338).

(b) Contrato de fornecimento de energia de longo prazo com Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (“Atlas”)

Em 29 de dezembro de 2023, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico (“SPEs”) por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica (“Parques Solares”). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável.

Para a instrumentalização da operação, a Controladora concluiu a aquisição da participação na Atlas Brasil, no percentual de 10% do capital social total e 99% do capital votante da empresa, pelo montante de R\$ 65.997, que será quitado em março de 2026, e o saldo a receber pela opção de compra futura será recebido em parcela única. A opção de compra futura da participação acionária detida pela Controladora pode ser exercida de forma unilateral pela Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (“Atlas”) ao término do contrato de acordo de fornecimento de energia. Ainda, de acordo com termos e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas (“AA”) e da opção de compra futura detida pela Atlas, a Companhia avaliou que não possui influência significativa sobre os negócios da Atlas Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023, esta operação estava condicionada a aprovação da Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), a qual foi devidamente aprovada no dia 22 de janeiro de 2024 e publicada no Diário Oficial da União (“DOU”).

(c) Lei nº 14.789/2023 – Subvenção para investimentos

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Oferta de aquisição de ativos da Intercement Brasil S.A.

Em fevereiro de 2024, a VCSA comunicou ao mercado uma oferta individual e independente para a aquisição de parte dos ativos da Intercement Brasil S.A.

Os termos confidenciais da oferta descrevem condições precedentes para a realização da potencial transação que são usuais em operações dessa natureza, incluindo, a aprovação prévia pela autoridade brasileira de defesa da concorrência, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a oferta permanece sob avaliação do respectivo alienante e, portanto, não foram firmados documentos com qualquer contraparte que gerem obrigação ou compromisso firme para a aquisição dos ativos que foram objeto da oferta.



VOTORANTIM
cimentos